

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Governança e Sustentabilidade	IBRAM	O conteúdo da estratégia: Promover a governança para identificação, prevenção, mitigação e remediação de conflitos nos territórios, a partir do planejamento de cada projeto - deveria estar contido no tema Dialogo Socia Proposta: Reorganizar estrutura para aderir a práticas globais.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Este Referencial Básico possui um caráter não vinculante, mas de fomento as boas práticas nacionais ou internacionais.
Eixo Ambiental	Fomentar a educação ambiental	MAICON ENIO ELSENBACH	Sugere-se a adição da Estratégia: Avaliar a efetividade das atividades de educação ambiental e se estão gerando engajamento dos públicos-alvo. Justificativa: A simples realização de palestras pode não ser suficiente para gerar mudanças significativas na conscientização e engajamento ambiental, sendo, necessário que haja instrumentos que avaliem essa efetividade, permitindo eventuais alterações da metodologia empregada para a educação ambiental dos públicos-alvo.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Ambiental	Segurança Operacional	ICMBio Letícia Regina do Amaral	Alinhamento: monitoramento/alerta precoce; infraestrutura resiliente; auditorias; gestão segura de produtos perigosos. Propostas: * Anexar guia metodológico resumindo o Índice de Exposição à Degradação Potencial por Rompimento (EIPRBM) e o Mapa de Vulnerabilidade bivariado (exposição x sensibilidade) como referência nacional. * Realizar simulação anual de emergência com participação comunitária, órgãos ambientais e defesa civil, baseada no mapa de vulnerabilidade da Unidade de Planejamento, incluindo protocolos de resgate de fauna e recomposição vegetal.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais.
Eixo Social	O eixo social representa um dos pilares centrais para a consolidação de uma mineração sustentável. Seu fortalecimento é essencial para assegurar que o desenvolvimento mineral seja construído de forma legítima, justa e duradoura, colocando as pessoas, os territórios e os direitos humanos no centro das estratégias do setor.	Transparência ativa em conflitos e reparações	Sugere: Recomendar indicador obrigatório de conflitos socioambientais e mecanismo nacional de mediação.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação.
Eixo Social	O eixo social representa um dos pilares centrais para a consolidação de uma mineração sustentável. Seu fortalecimento é essencial para assegurar que o desenvolvimento mineral seja construído de forma legítima, justa e duradoura, colocando as pessoas, os territórios e os direitos humanos no centro das estratégias do setor.	SEDICS/AL	Sugere: a inclusão de programas de capacitação e transição justa. Além disso, sugere a inserção da diretriz nacional para formação profissional local – jovens, mulheres e trabalhadores da MAPE.	Parcialmente Deferido	O Ministério de Minas e Energia agradece a contribuição apresentada. A proposta foi acolhida parcialmente. A redação será aprimorada para adequar melhor as terminologias ao tema.
Eixo Ambiental	Incorporar práticas sustentáveis na gestão de rejeitos e estéréis.	Tema: Economia Circular e Gestão de Resíduos Contribuinte: FABIO TAKESHI ISHISAKI	No referencial básico "Incorporar práticas sustentáveis na gestão de rejeitos e estéréis" deve haver expressa menção à vedação para as barragens a montante, bem como que deve-se evitar a construção de novas barragens, buscando-se alternativas mais seguras e modernas.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que a construção de barragens de rejeito a montante já é proibido no Brasil, conforme artigo 2-A da LEI Nº 14.066, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Promover gestão sustentável da água e controle de efluentes	SEMAD/GO	Sugere-se: que o Referencial Básico, nas páginas 19 e 20, inclua orientação para que os empreendimentos minerários mantenham plena conformidade com os processos de outorga e com o mecanismo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, assegurando declarações precisas de volumes captados e lançados, bem como o atendimento às condições estabelecidas pelos órgãos gestores. Destaca-se, ainda, a importância de que os recursos oriundos da cobrança contribuam para ações de preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos, uma vez que tais investimentos fortalecem a sustentabilidade das bacias hidrográficas, promovem o uso eficiente e reforçam o caráter indutor desse instrumento na gestão integrada das águas.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que essa preocupação já esteja contemplada na Política Nacional de Recursos Hídricos.
Eixo Ambiental	Promover gestão sustentável da água e controle de efluentes	IBRAM	Na página 19, no item: “Investir em tecnologias e em governança hídrica, promovendo reuso e eficiência, engajando partes interessadas e comunidades, contribuindo para fóruns regionais e assegurando transparência por meio de relatórios periódicos”, o item está muito amplo gerando riscos relacionados a promoção de reuso (que depende da viabilidade face ao tipo de processo produtivo implementado) e engajando partes interessadas (engajamento de certas partes interessadas pode não ser possível por ideologias conservacionistas extremas) Sugere-se: “Investir em tecnologias e em governança hídrica, promovendo reuso (quando tecnicamente viável) e eficiência, engajando, sempre que possível, partes interessadas e comunidades, contribuindo para fóruns regionais e assegurando transparência por meio de relatórios periódicos”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação.
Eixo Ambiental	Gestão sustentável do solo e Conservação da biodiversidade e valorização dos serviços ecossistêmicos	ICMBio Letícia Regina do Amaral	Alinhamento: elaboração de políticas internas, monitoramento, planos de mitigação/recuperação de áreas degradadas. Propostas: * Incentivar o uso dos Mapas de Sensibilidade (PRIM Seção III) nos EIA/RIMA e nas iniciativas de Avaliação Ambiental Estratégica; adotar metas de “ausência de perda líquida” para alvos críticos (troglóbios, endemismos em canga; PRIM Seção I). * Criar matriz de decisão locacional baseada no Mapa de Compatibilidade (PRIM Seção IV): • Muito Baixa Compatibilidade ⇒ evitar; • Baixa Compatibilidade ⇒ mitigar forte + compensar com similaridade ≥50%; • Alta/Muito Alta Compatibilidade ⇒ priorizar expansões. * Tornar mandatória a classificação do grau de relevância das cavidades e proteger cavernas com endemismo extremo e congregações excepcionais de morcegos (bat/hot caves) contra impactos irreversíveis. * Incluir cláusula de não interferência em cavernas com dimensões notáveis, endemismo extremo e bat/hot caves – impactos irreversíveis vedados, salvo ausência comprovada de alternativa locacional;	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que o PRIM é uma iniciativa do Governo Federal e com boas práticas para o setor, será incluída nas referências positivas.
Eixo Ambiental	Implementar tecnologias e estruturas que permitam a redução de ruídos e vibrações, adotando inovações para controle e mitigação, com monitoramento contínuo, transparência dos resultados e disseminação de boas práticas no setor.	IBRAM	Ponto de atenção: zoneamento dos municípios com maior periodicidade. Recomendação: a disciplina legal deve trazer obrigação para os municípios atualizarem o zoneamento frente aos setores de mineração e industrial. Acontece que atualmente, não há atualização, e acaba que grande parte de das unidades localizadas em áreas rurais (pelo zoneamento) o limite dessas áreas é extremamente baixo e deve ser um ponto de discussão para não impactar as operações minerárias.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sugestão para atualização dos zoneamentos foi inserida no Referencial Básico.
Eixo Social	O eixo social representa um dos pilares centrais para a consolidação de uma mineração sustentável. Seu fortalecimento é essencial para assegurar que o desenvolvimento mineral seja construído de forma legítima, justa e duradoura, colocando as pessoas, os territórios e os direitos humanos no centro das estratégias do setor.	SEDICS/AL	O contribuinte sugere a inclusão de Indicadores sociais obrigatórios para monitoramento como: Vulnerabilidade social, pressão sobre serviços públicos, dinâmica migratória, impacto sobre mercados de trabalho e dependência econômica.	Parcialmente Deferido	O Ministério de Minas e Energia agradece a contribuição apresentada. A proposta foi acolhida parcialmente. A redação será aprimorada para adequar melhor as terminologias ao tema.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Gestão Ambiental	ICMBio Letícia Regina do Amaral	ar/ruído/vibração • Alinhamento: PFM desde o início; reabilitação progressiva; controle de ruídos/vibrações; qualidade do ar; gestão de áreas contaminadas. Propostas * Definir indicadores para perda líquida igual a zero para vegetação nativa (riqueza, integridade de habitat, conectividade) por Unidade de Planejamento para verificação ex ante/ex post de PRAD/PFM, auditados por terceira parte. * Estabelecer protocolos específicos de monitoramento de vibrações/pressão acústica para cavidades e colônias de morcegos	Indeferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais.
Eixo Ambiental	Gestão sustentável da água e tratamento de efluentes	AECOM	As estratégias associadas à gestão sustentável da água e tratamento de efluentes refletem boas práticas ao destacar políticas internas, tecnologias de reuso e eficiência e programas de monitoramento. A presença de parâmetros técnicos mínimos que orientem a implementação dessas estratégias se torna primordial para assegurar a qualidade da água de forma consistente. A definição de indicadores prioritários, frequências de monitoramento e critérios de divulgação pública das informações são elementos importantes neste tema. Além disso, destaca-se a importância de incentivar a articulação das estratégias para gestão dos recursos com instrumentos de governança de bacias hidrográficas e sistemas públicos já estabelecidos, fomentando a integração da gestão hídrica dos empreendimentos minerários às políticas públicas e as comunidades. Recomenda-se a inclusão das seguintes estratégias: • Estimular o estabelecimento de parâmetros mínimos para o monitoramento de recursos hídricos e efluentes, incluindo tipos de indicadores, métodos e frequência de coleta. • Vincular a gestão hídrica dos empreendimentos à governança das bacias hidrográficas, com participação estruturada em comitês e fóruns regionais. • Fomentar a transparência ativa dos dados de uso da água e qualidade dos efluentes por meio de plataformas públicas acessíveis.	Indeferido	O MME agradece a sua contribuição. Porém esclarece que a proposta extrapola o escopo do referencial, por ter caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação. Ademais, a temática está relacionada as competência do Ministério da Saúde.
Eixo Ambiental	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	IBRAM	Na página 19, no item: Engajar partes interessadas e promover a educação ambiental, envolvendo comunidades, instituições, e órgãos reguladores na implementação de medidas de conservação, auditorias, divulgação de resultados e conformidades, o item está muito amplo abrindo precedentes para participação de pessoas, instituições e órgãos que possam ser ideologicamente contra a mineração e/ou possam prejudicar o desenvolvimento do empreendimento. Sugere-se: Promover ações de engajamento de partes interessadas e de educação ambiental, envolvendo, sempre que possível, comunidades na área de influência das operações, instituições e órgãos reguladores da temática da mineração na implementação de medidas de conservação, e na divulgação de resultados de auditorias e conformidades relacionadas a temática de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	SEDICS/AL	Sugere-se: Fortalecimento da governança regional * Prever a participação das mineradoras em Comitês de Bacias Hidrográficas e em instâncias locais de gestão e monitoramento, como os Conselhos Estaduais de Política Energética (CEPE), de Recursos Hídricos (CERH) e de Proteção Ambiental (CEPRAM). * Incluir protocolos de contingência hídrica adaptados ao semiárido nordestino.	Indeferido	O MME agradece a manifestação. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo, não constituindo por si só como uma obrigação.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Gestão Ambiental Integrada	AECOM	O tema Gestão Ambiental é abrangente e, por isso, o conjunto de estratégias deve incentivar a definição de procedimento que estimulem a articulação de estratégias entre diferentes partes interessadas, especialmente em cenários de emergência e risco ambiental. A comunicação sobre a utilização de produtos perigosos juntos aos órgãos públicos, assim como, sua inclusão em planos de contingência integrados e planos de ação emergencial deve ser incentivada e valorizada pelas organizações. Recomenda-se a inclusão das seguintes estratégias: • Incluir informações sobre produtos perigosos utilizados, armazenados ou transportados no âmbito dos empreendimentos minerários, com informações atualizadas sobre tipos de substâncias, volumes, riscos associados e medidas preventivas, aos planos de contingência integrados aos órgãos de defesa civil e às autoridades locais, com realização periódica de exercícios simulados.	Indeferido	o MME agradece a contribuição e avalia que o mérito da proposta já esteja contemplado na Diretriz "Gerir produtos perigosos".
	Referencial Básico	IBRAM	A partir da página 28, todas as ações propostas na tabela “Diretrizes e Estratégias para o Eixo Social”, estão muito amplas, podendo gerar obrigações para as empresas e empreendimentos que podem ir muito além de sua área de atuação. Sugere-se: substituir o título da tabela por: “Diretrizes e Estratégias para o Eixo Social no âmbito da atuação (área de influência de impactos/emissões) do projeto.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação.
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	Instituto Escolhas	Inclusão: de subtema específico de “Fechamento de Mina e Recuperação de Áreas Degradadas” dentro do Eixo Ambiental No documento, ainda que a recuperação das áreas degradadas esteja mencionada entre as estratégias dos temas “Mudanças Climáticas”, “Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos” e “Gestão Ambiental Integrada”, e que o fechamento de mina seja mencionado como referencial básico no subtema “Gestão Ambiental”, esses dois elementos deveriam ser apresentados em separado, dada sua importância e criticidade ambiental. Considerando que: (i) a recuperação das áreas degradadas é uma das principais ações ambientais necessárias em projetos de mineração; (ii) que a ausência da recuperação é um dos impactos ambientais mais críticos e ainda verificado no contexto do setor mineral; (iii) e que o correto fechamento das minas além de tratar dessa ação, também é fundamental em termos de segurança, sugerimos enfaticamente que seja incluído um subtema denominado “Fechamento de Mina e Recuperação de Áreas Degradadas” embaixo do tema Gestão Ambiental Integrada dentro do Eixo	Indeferido	O MME agradece a manifestação. Esta pasta reconhece o mérito da sugestão apresentada, contudo, na elaboração deste Referencial Básico a recuperação de áreas degradadas, obrigação constitucional daquele que explora o recurso mineral, bem como o fechamento de mina, deve ser tratada de modo transversal em conjunto ao planejamento e a toda operação do empreendimento, considerando as outras variáveis e os outros impactos associados.
Eixo Social	Combate ao trabalho infantil	AECOM	Especificamente em relação ao subtema de combate ao trabalho infantil, embora estejam previstas estratégias relevantes, como a adoção de políticas formais e ações de conscientização, observa-se a possibilidade de estabelecimento de diretrizes preventivas estruturadas ao longo da cadeia de valor, bem como a oportunidade de articulação com as redes de proteção social, incluindo conselhos tutelares e os sistemas locais de assistência social, educação e saúde, fundamentais para a prevenção e o encaminhamento adequado de casos identificados. Adicionalmente, destaca-se o potencial de incluir mecanismos contínuos de monitoramento, capacitação de fornecedores e apoio técnico voltados à identificação precoce de riscos de trabalho infantil, sobretudo em atividades indiretas e em contextos de informalidade. Sugere-se: que sejam adicionadas as seguintes estratégias no subtema em questão: • Fortalecer a articulação com as redes locais de proteção à criança e ao adolescente, visando à prevenção, identificação e encaminhamento de casos de trabalho infantil. • Promover o monitoramento contínuo e a capacitação de fornecedores e parceiros comerciais para a identificação precoce e a prevenção de riscos de trabalho infantil ao longo da cadeia de valor, com atenção especial a atividades indiretas e informais.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada no Referencial Básico.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Gestão de Resíduos	IBRAM	O contribuinte sugere a proposta de alteração da redação para: "Identificar riscos e promover ações de engajamento das partes interessadas, mapeando aspectos ambientais e estruturais dos resíduos gerados, promovendo, sempre que possível e/ou viável, a valorização de rejeitos, o uso de tecnologias inovadoras, além de promover o diálogo contínuo com comunidades, órgãos reguladores e fóruns setoriais e/ou outros meios de comunicação para fortalecer a governança ambiental e a transparência.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. A contribuição foi parcialmente acolhida. Foram realizados ajustes textuais , incluindo a readequação da redação para “incentivar a identificação de riscos e promover...”. Quanto à sugestão de substituição de “valorização de rejeitos” por “reaproveitamento”, a alteração foi acatada, por melhor refletir o sentido técnico pretendido no contexto do documento.
	Além do Referencial Básico estabelecido para os eixos Ambiental, Social e de Governança, reconhece-se a importância de desenvolver estratégias nacionais específicas para o desenvolvimento estruturado da Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE).	MAICON ENIO EISENBACH	Sugestão: Necessidade de maior clareza sobre quem são os potenciais atores responsáveis pela implementação de cada estratégia, especialmente no caso da MAPE. Justificativa: Várias estratégias podem ser trabalhadas através de prismas distintos, tanto pelo setor privado quanto pelas distintas esferas do Estado. Diante disso surge a necessidade de tornar mais claro quais seriam os potenciais atores envolvidos nesse processo, facilitando as articulações necessárias para a implementação do Referencial Básico. Esse documento cita alguns potenciais atores a serem envolvidos em alguma Estratégias, porém é omissivo em outras. Diante disso, destaca-se a necessidade dessa maior clareza, seja no Referencial Básico ou em eventuais planos mais específicos.	Indeferido	O MME agradece a sua contribuição e esclarece que público alvo é o setor público e privado.
	Os ODS constituem um pacto global que orienta países, setores produtivos e a sociedade civil na promoção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, justo e ambientalmente equilibrado. A importância de incorporá-los ao processo de construção do Referencial Básico, representa o compromisso da atividade mineral de contribuir de forma concreta para o enfrentamento dos grandes desafios contemporâneos, como a redução das desigualdades, a proteção dos ecossistemas, a geração de trabalho digno <u>e a mitigação das mudanças climáticas</u> , além da mitigação da mudança do clima e da adaptação a seus impactos	MMA João Schafaschek	O contribuinte sugere incluir esse trecho: digno, e a mitigação e adaptação aos impactos da mudança do clima.	Parcialmente Deferido	O Ministério de Minas e Energia agradece a contribuição apresentada. A proposta foi acolhida parcialmente. A redação será aprimorada para contemplar a mitigação e a adaptação aos impactos da Mudança do Clima, adequando melhor as terminologias ao tema.
Eixo Social	Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial	Instituto Escolhas	Sugere: Inclusão de estratégia referente ao estabelecimento de canais de comunicação Dentro do tema “Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial” incluir uma estratégia que faça referência ao canal de diálogo que será estabelecido, pois esse é um ponto crítico para que se atinja os demais objetivos propostos: “Estabelecer e fornecer amplo conhecimento sobre os canais de comunicação disponíveis para o engajamento social, bem como sobre os canais de ouvidoria e de denúncia”.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Avalia-se que as estratégias abaixo já contemplem a sugestão: Implantar canais acessíveis e seguros de denúncia e escuta; Manter canais eficazes de denúncia e proteção a denunciantes; Estabelecer mecanismos acessíveis para apresentação de queixas e denúncias por parte das comunidades.
Eixo Governança	Transparência e governança tributária da CFEM	IBRAM	O texto propõe medidas de transparência e redistribuição da CFEM, sem considerar a responsabilidade dos entes federativos na aplicação dos recursos. Sugere-se: 'Reforçar a importância da gestão eficiente e transparente dos recursos da CFEM pelos entes federativos, com foco em desenvolvimento regional sustentável'.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo tanto para o setor público quanto privado.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Engajamento com comunidades e partes interessadas	IBRAM	Este subtema deveria estar contido no tema Dialogo social Proposta: Reorganizar estrutura para aderir a práticas globais.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que a estratégia está corretamente alocada no eixo de governança, uma vez que trata de mecanismos institucionais de participação e engajamento de partes interessadas nos processos decisórios. O conteúdo não se refere a impactos sociais diretos ou ações voltadas ao bem-estar das comunidades, mas sim à estruturação de canais e processos de interação e resposta, característicos da dimensão de governança.
Eixo Governança	Apoiar a elaboração ou revisão de zoneamentos, planos diretores municipais, planos de desenvolvimento regional e outros instrumentos de planejamento territorial que considerem a presença e os impactos da mineração.	IBRAM	Sugestão: O uso recorrente do termo “apoiar” na elaboração de planos diretores, zoneamentos e instrumentos territoriais pode gerar interpretação de financiamento compulsório. Por boas práticas, o setor privado: • participa tecnicamente, • contribui com dados, • não financia políticas públicas estruturantes. Recomendação: substituir “apoiar” por “participar tecnicamente de processos conduzidos pelo poder público.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Avalia-se que o termo apoiar seja mais abrangente e possibilita a participação de diferentes formas.
	O Programa Nacional da Mineração Sustentável é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de induzir, apoiar e monitorar a implementação do Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável: das Boas Práticas à Promoção do Trabalho Digno e Decente nos eixos ambiental, social e de governança. O programa surge da constatação de que cabe ao Estado o papel de incentivar direta ou indiretamente a criação de instrumentos habilitadores, regulatórios, financeiros, técnicos e institucionais para garantir que o Referencial Básico seja efetivamente adotado.	JOSE TADEU GOUVEA JUNIOR	Considerações Técnicas sobre o Referencial Básico para Mineração Sustentável e sua Aplicação O documento apresenta metodologia clara, adequada integração aos marcos regulatórios e aderência às melhores práticas ESG, incorporando de forma equilibrada dimensões ambientais, sociais e de governança. Seus eixos estruturantes refletem abordagem abrangente e atualizada, em consonância com as políticas públicas do Estado de São Paulo. Considerando seu caráter orientador, recomenda-se que o Programa Nacional da Mineração Sustentável e os futuros Planos de Trabalho mantenham essa consistência técnica, avançando na definição de metas, indicadores e prioridades. Tais aprimoramentos tendem a fortalecer a aplicação prática do Referencial e ampliar a efetividade das ações voltadas à mineração sustentável no país. Por fim, sugere-se a realização de ajustes editoriais para harmonização da formatação e melhor integração entre texto e elementos gráficos, a fim de aprimorar a clareza, a funcionalidade e a acessibilidade do documento para os diversos públicos técnicos e institucionais do setor mineral.	Agradecer	O MME agradece as sugestões e tentará promover, na medida do possível, as alterações necessárias.
Eixo Governança	Governança e Sustentabilidade	AECOM	Em relação ao subtema “Governança e sustentabilidade”, a estratégia que propõe “promover a governança para identificação, prevenção, mitigação e remediação de conflitos nos territórios, a partir do planejamento de cada projeto” posiciona adequadamente a gestão de conflitos como dimensão de governança territorial, articulada ao ciclo de vida dos empreendimentos. Para aprimorar a previsibilidade, a comparabilidade e a prestação de contas em diferentes contextos, considera-se oportuno adicionar elementos operacionais de apoio à implementação. Sugestão de inserção de uma nova estratégia: • Prever a constituição de instância de governança local (p. ex., comitê multissetorial de território) com poder de decisão, mandato e competências definidos e canais acessíveis (presenciais e digitais) para recebimento e gestão de queixas, assegurando o registro, o tratamento, as respostas em prazos predefinidos e a publicização dos resultados não sigilosos.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Este Referencial Básico possui um caráter não vinculante, mas de fomento as boas práticas. Nesse sentido, este instrumento possui limitações em estabelecer critérios e parâmetros detalhados acerca das temáticas abordadas.
Eixo Ambiental	Mudanças Climáticas	IBRAM	Referenciais e estratégias estão alinhados com TSM e CMSI. IRMA vigente não inclui adaptação. Proposta: Considerar explicitar o alinhamento técnico com esses padrões.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que as referências internacionais: TSM e CMSI. IRMA foram selecionadas e utilizadas como ponto de partida, contudo o Referencial Básico não se limita a esses padrões.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO	Sugere-se acrescentar, também nas páginas 19 e 20, que os diagnósticos de disponibilidade hídrica e os balanços hídricos elaborados pelos empreendimentos considerem as diretrizes, cenários e restrições estabelecidos nos Planos de Recursos Hídricos (estadual, nacional e de bacia), incluindo projeções de uso, demandas setoriais e cenários climáticos. Essa compatibilização é essencial para prevenir conflitos de uso, apoiar a tomada de decisão por parte dos gestores e garantir que as operações minerárias se desenvolvam de forma sustentável no território	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
	O eixo de governança busca refletir as particularidades e desafios institucionais do setor mineral brasileiro e fortalecer os mecanismos de gestão que asseguram sua credibilidade e sustentabilidade no longo prazo.	SEDICS/AL	Sugestão: Rastreabilidade digital da cadeia mineral (Blockchain/IoT) * Promover adoção nacional de tecnologia de rastreabilidade alinhada a padrões internacionais (TSM, IRMA, CRAFT).	Indeferido	O MME agradece a sua contribuição. Avalia que a sugestão já esteja contemplada na Diretriz "Estimular a rastreabilidade da cadeia produtiva mineral como prática essencial no setor".
Eixo Governança	Rastreabilidade	IBRAM	Rastreabilidade universal é inviável para minérios bulk (a granel). Padrões como OCDE e iniciativas globais restringem rastreabilidade a: • 3TG (estanho, tântalo, tungstênio e ouro); • diamantes; • minerais críticos. Além disso, plataformas públicas devem ser governadas pelo Estado. Recomendação: rastreabilidade proporcional ao risco e gestão de dados pelo Estado.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A partir da sugestão, foi realizado aprimoramento da redação.
Eixo MAPE	Eliminar progressivamente a emissão, liberação e exposição de mercúrio e cianeto nas operações com a substituição por tecnologias sustentáveis e economicamente viáveis.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia: "Eliminar progressivamente a emissão, liberação e exposição de mercúrio e cianeto nas operações com a substituição por tecnologias sustentáveis e economicamente viáveis" deve se retirar o termo "progressivamente" para que haja a eliminação total do mercúrio e cianeto.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e reconhece a pertinência e o mérito da sugestão. Entretanto, considerando que ainda há no Brasil a admissibilidade legal, sem proibição do uso do mercúrio por esse contexto foi utilizado o termo progressivamente. A redação vigente encontra-se alinhada aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, da qual o país é signatário. O instrumento internacional estabelece que a eliminação do uso do mercúrio na mineração artesanal e em pequena escala deve ocorrer de forma progressiva, associada à adoção de tecnologias alternativas viáveis, o que pressupõe um processo de transição estruturado e não imediato.
	Esse segmento, presente em diversas regiões do país, possui características próprias e enfrenta desafios distintos, como a informalidade, a vulnerabilidade socioeconômica e a limitada inserção em cadeias produtivas formais.	SEDICS/AL	Sugestão: Rastreabilidade social e ambiental do ouro e gemas * Avaliar adoção de modelos CRAFT e AIM-CRAFT para certificação de origem responsável.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégias para rastreabilidade da cadeia mineral, sem contudo se restringir a modelos específicos.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo MAPE	Reduzir e, se possível, eliminar o uso do mercúrio e cianeto	MAICON ENIO ELSENBACH	Sugere-se a adição das Estratégias: I. Orientar os trabalhadores sobre o uso adequado do mercúrio e cianeto, enquanto essas substâncias não são substituídas. II. Avaliar a efetividade do monitoramento da aquisição e o uso de mercúrio e cianeto, a fim de desestimular os seus usos fora dos limites aceitáveis; III. Monitorar os impactos negativos sobre a biodiversidade local, ao menos a partir de certas escalas de mineração artesanal. Justificativa: O processo de substituição do mercúrio e do cianeto provavelmente será uma estratégia de longo prazo, sendo necessário que paralelamente a sua execução, sejam adotadas outras medidas que visem minimizar os potenciais impactos ambientais e sociais até a eliminação da emissão, liberação e exposição dessas substâncias.	Deferido	O MME agradece sua contribuição. O Referencial Básico está aderente as sugestões propostas ao prever a necessidade de substituição do uso do mercúrio, capacitação do trabalhador e a utilização de critérios ESG.
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO	SUBTEMA 5 – Cadastro e Interoperabilidade de Estruturas Hídricas e de Barragens (Ampliação de conteúdo já existente) Referencial Básico Cadastrar todas as estruturas no SIGBM, SNISB e SNIRH, assegurando rastreabilidade de riscos e interoperabilidade entre sistemas. Estratégias Ampliadas • Registrar no SNIRH todas as estruturas que alterem regime, quantidade ou qualidade da água. • Cadastro nos Sistemas estaduais de Segurança de Barragens. • Integrar informações com ANM, ANA, órgãos estaduais e comitês de bacia. • Adotar monitoramento remoto e telemetria para piezômetros, pluviômetros, sistemas de alerta e outras variáveis críticas.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando a relevância da temática e a pertinência da sugestão, as estratégias serão aprimoradas de modo a incorporar, no que for possível, as propostas apresentadas.
Eixo Social	Mapear, prevenir e desenvolver planos de gestão de riscos e impactos socioambientais de forma contínua.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Mapear, prevenir e desenvolver planos de gestão de riscos e impactos socioambientais de forma contínua" deve haver expressa menção ao respeito às culturas, modos de vida e territorialidades da população local e dos povos e comunidades tradicionais afetados pela atividade minerária.	Indeferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. O Referencial Básico já possui proposta do MME que, foi considerada mais abrangente.
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO	SUBTEMA 6 – Integração com os Planos de Recursos Hídricos (Nacional, Estadual e de Bacias) Referencial Básico proposto: Assegurar que todas as etapas de planejamento, operação e monitoramento do empreendimento individualizado e do setor minerário estejam alinhadas e integradas às diretrizes, metas, cenários e restrições definidas nos Planos de Recursos Hídricos aplicáveis. Estratégias Ampliadas: • Incorporar ao balanço hídrico e aos diagnósticos de disponibilidade hídrica os cenários e diretrizes dos Planos de Recursos Hídricos. • Avaliar demandas setoriais, projeções de crescimento, conflitos potenciais e diretrizes de segurança hídrica definidas nos Planos. • Compatibilizar operações de captação, reuso e devolução com prioridades de gestão definidas pelos comitês de bacia. • Contribuir com informações estratégicas e dados de monitoramento para subsidiar revisões dos Planos de Recursos Hídricos.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando a relevância da temática e a pertinência da sugestão, as estratégias serão aprimoradas de modo a incorporar, no que for possível, as propostas apresentadas.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo MAPE	Mineração Artesanal e de Pequena Escala - MAPE	AECOM	É fundamental diferenciar claramente a Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE) das práticas de garimpo ilegal, que são altamente prejudiciais ao meio ambiente, aos territórios e às comunidades locais. A ausência dessa distinção tende a estigmatizar a MAPE formal ou em processo de formalização, desconsiderando esforços legítimos de organização, o cumprimento de normas e a adoção de boas práticas socioambientais. Ao mesmo tempo, pode enfraquecer o combate efetivo do garimpo ilegal, que se caracteriza pela atuação à margem da legislação, pela degradação ambiental severa, pelo uso inadequado de insumos perigosos e por frequentes violações de direitos humanos. Diferenciar esses contextos é essencial para orientar políticas públicas, promover a inclusão da MAPE, fortalecer instrumentos de fiscalização e assegurar que ações de repressão ambiental sejam direcionadas às atividades ilegais, sem penalizar iniciativas responsáveis no setor mineral. Sugere-se que seja adicionada a seguinte estratégia: • Diferenciar a MAPE formal, ou em processo de formalização, das práticas de garimpo ilegal, por meio de diretrizes claras e ações de comunicação institucional, orientando políticas públicas e ações de fiscalização ambiental.	Indeferido	O MME agradece sua contribuição. Esta pasta esclarece-se que os anseios apresentados estão sendo trabalhos na elaboração do Plano de Ação Nacional para Mineração Artesanal e em Pequena Escala de ouro, compromisso assumido pelo Brasil no âmbito da Convenção de Minamata.
	Esse segmento, presente em diversas regiões do país, possui características próprias e enfrenta desafios distintos, como a informalidade, a vulnerabilidade socioeconômica e a limitada inserção em cadeias produtivas formais.	SEDICS/AL	No item: Fortalecimento de cooperativas e arranjos produtivos locais Sugere-se: Incluir incentivos ao cooperativismo e compras públicas de minerais certificados.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégias para promoção do cooperativismo.
	Esse segmento, presente em diversas regiões do país, possui características próprias e enfrenta desafios distintos, como a informalidade, a vulnerabilidade socioeconômica e a limitada inserção em cadeias produtivas formais.	SEDICS/AL	No item: Plano Nacional e Planos Estaduais de Formalização da MAPE Sugere: Prever estruturas estaduais de apoio técnico, geológico e jurídico.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégias para formalização e capacitação técnica.
	Esse segmento, presente em diversas regiões do país, possui características próprias e enfrenta desafios distintos, como a informalidade, a vulnerabilidade socioeconômica e a limitada inserção em cadeias produtivas formais.	SEDICS/AL	Item: Tecnologias Limpas – Eliminação do Mercúrio Sugere: Incentivar laboratórios regionais de tecnologia limpa; acesso a crédito e assistência técnica.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégias para substituição do mercúrio no garimpo de ouro, assim como estímulo a linhas de crédito e a capacitação.
	Assim, promover o desenvolvimento estruturado da MAPE é essencial para que a agenda da mineração responsável seja, de fato, inclusiva e transformadora. A implementação de ações voltadas à capacitação técnica, acesso ao crédito, infraestrutura, segurança operacional, inclusão social e participação ativa das MAPEs contribui para sua formalização progressiva, geração de renda com dignidade e redução de impactos socioambientais. Valorizar a MAPE é ampliar a efetividade do Referencial Básico e garantir que nenhum ator relevante do setor mineral fique à margem do desenvolvimento sustentável.	Instituto Escolhas	Sugere-se a adição de novas estratégias: • “Estabelecer um sistema de rastreabilidade documental para monitorar os fluxos de produção mineral e de comercialização, semelhante ao já em uso no país para produtos florestais.” • “Atualizar e estabelecer, em regulamento, os diferentes portes de operação para o correto direcionamento das políticas públicas.” • “De acordo com o porte das operações, fomentar a migração do regime de Permissão de Lavra Garimpeira para a Concessão de Lavra, de modo a estruturar efetivamente o setor mineral.” • “Estabelecer, em regulamento, critérios mínimos e condizentes de pesquisa mineral necessários à migração de regime para a Concessão de Lavra.” • “Estabelecer progressivamente as permissões de lavra garimpeira apenas para cooperativas.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégias para rastreabilidade da cadeia mineral e promoção ao cooperativismo. Ademais, esclarece-se que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo tanto para o setor público quanto privado, não se configurando portanto como ato normativo.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Social	Relações e Práticas de Trabalho	IBRAM	Possível inclusão de um ponto adicional no subtema Relações e Práticas de Trabalho, referente à adoção de jornadas flexíveis com respaldo jurídico, considerando a relevância dos instrumentos coletivos para o setor de mineração. Proposta de inclusão: a) Modelo de mais horas de trabalho durante o trabalho em subsolo com maior intervalo de folgas, garantido uma jornada modelo 4x3 e aumentando eficiência operacional para operações em subsolo que ultrapassam 400m. Estudar modelo de países, o IBRAM enviará anexo complementar do estudo já existente para jornada em subsolo. b) trabalhar propostas legislativas para alteração da jornada em subsolo para mineração c) Assegurar modelos de jornada flexíveis por meio de negociação coletiva, nos termos do Tema 1046 do STF.	Indeferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. A proposta apresenta mérito; contudo, sua implementação depende de alterações no arcabouço legislativo vigente.
Eixo Social	Estabelecer canais de diálogo permanente e participativo com comunidades locais, líderes sociais, organizações da sociedade civil e governos locais.	IBRAM	O IDHM municipal está desatualizado (última versão: 2010). O Índice de Progresso Social (IPS) é atualizado, territorializado e aderente às agendas PR2030. Recomendação: adotar o IPS ou indicadores equivalentes sensíveis à realidade local.	Indeferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. O Referencial apresenta caráter mais abrangente e orientador, não se restringindo a abordagens específicas.
Eixo MAPE	Promover o cooperativismo mineral.	CBPM	Educação para o Cooperativismo e Meio Ambiente: Implementar programas de formação e capacitação obrigatória para MAPE/garimpeiros focados em gestão associativa, boas práticas socioambientais e os benefícios da formalização via cooperativismo, reforçando o sentimento de pertencimento e contribuição socioeconômica. O RB já prevê "promover o cooperativismo mineral" e "oferecer programas regulares de formação". Este ponto une o foco no cooperativismo com a finalidade de pertencimento e boas práticas.	Deferido	O MME agradece a sua contribuição e avalia que o Referencial Básico já aborda a temática de promoção ao cooperativismo e a capacitação no âmbito da Mape.
Eixo Ambiental	Promover a economia circular	FABIO TAKESHI ISHISAKI	No referencial básico "Promover a economia circular" deve constar o fomento e integração de catadores e outros profissionais integrantes da valorização dos resíduos gerados pela atividade, notadamente pela importância social da medida.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Ambiental	Elaborar políticas internas, programas de monitoramento contínuo, planos de mitigação e recuperação de áreas degradadas.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Tema: Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos Na estratégia "Elaborar políticas internas, programas de monitoramento contínuo, planos de mitigação e recuperação de áreas degradadas" deve haver expressa menção à efetivação da recuperação de áreas degradadas, e não somente a elaboração de plano. Ainda, deve-se fomentar o fortalecimento na gestão e proteção de áreas protegidas, como as Unidades de Conservação afetadas pelo empreendimento.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo de Governança	O eixo de governança busca refletir as particularidades e desafios institucionais do setor mineral brasileiro e fortalecer os mecanismos de gestão que asseguram sua credibilidade e sustentabilidade no longo prazo.	SEDICS/AL	Sugere: a Interoperabilidade de dados ambientais, minerários e de defesa civil. Além de Reforçar integração entre bancos de dados de estados, municípios, ANM e órgãos ambientais.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. O RB considera a contribuição pertinente para o aprimoramento deste documento quanto a estrutura institucional articulada e eficiente na diretriz voltada a fortalecer a articulação entre os entes federativos e os órgãos públicos responsáveis pela governança mineral.
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO	Propõe-se que o Referencial Básico, nas páginas 19 e 20, ao tratar do engajamento das partes interessadas e comunidades; , incorpore orientação explícita para que os empreendimentos minerários executem e integrem as demandas hídricas das residências urbanas e rurais, de proprietários/possuidores, comunidades de povos originários, entre outros usuários localizados no entorno da atividade minerária, considerando todas as finalidades de uso existentes, os volumes já captados, bem como a avaliação da demanda hídrica independentemente da existência de regularização. Assim, reforça-se a necessidade de compatibilização entre as demandas de uso e a disponibilidade hídrica local, além de subsidiar a avaliação do grau de afetação sobre o impacto hídrico.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação.
Eixo Ambiental	Elaborar e implementar plano de gestão contínuo da qualidade do ar, assegurando conformidade com padrões nacionais e promovendo transparência junto às comunidades e partes interessadas.	IBRAM	Ponto de atenção: exigências de monitoramento contínuo, vale os comentários anteriores.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Para melhor compreensão e para melhoria da proposição a expressão "monitoramento contínuo" será trocado por "monitoramento periódico frequente".
Eixo Ambiental	Identificar riscos climáticos e integrar a adaptação ao planejamento estratégico	MMA João Schafaschek	Sugere a inclusão de nova estratégia: * Adotar a Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) como estratégia para redução de riscos climáticos e fortalecimento da resiliência territorial, considerando seus cobenefícios com a mitigação de GEE.	Indeferido	O MME agradece a manifestação. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação. Neste contexto, estabelecer metodologia ou padrão extrapolaria o alcance do instrumento.
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	Instituto Escolhas	Inclusão de estratégia relativa às metas e seu cumprimento em relação ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e ao Plano de Fechamento de Mina Dentro do novo subtema denominado “Fechamento de Mina e Recuperação de Áreas Degradadas” entendemos que é fundamental adicionar às estratégias já existentes em relação a esses dois elementos, uma nova estratégia que sugerimos que seja: “Estabelecer metas concretas para a recuperação das áreas degradadas e execução do Plano de Fechamento de Mina, desde o início da operação e por todo o ciclo de vida do empreendimento , dando publicidade às metas e ao seu cumprimento”.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, nova estratégia foi inserida.
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	SEDICS/AL	No item: Transparência ambiental ativa e monitoramento digital Sugere a inclusão da estratégia: Recomendar implantação de plataforma pública integrada para monitoramento de emissões, qualidade da água, barragens e vegetação.	Indeferido	O MME agradece a manifestação. Esta pasta esclarece que sua preocupação está contemplada no Eixo Governança nas estratégias relacionadas à transparência e participação social.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	SEDICS/AL	Sugere: <u>Diretrizes específicas para ecossistemas peculiares do Nordeste</u> : Caatinga, zonas cársticas, áreas de recarga de aquíferos e restingas devem ter orientações específicas para mineração sustentável, dada sua maior vulnerabilidade.	Indeferido	O MME agradece a manifestação e reconhece a importância do Nordeste para a mineração. Entretanto, o objetivo deste Referencial básico é ser um instrumento indutor de boas práticas para todo o setor e em todos os estados do Brasil. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais.
Eixo Ambiental	Promover gestão sustentável da água e controle de efluentes	SEMAD/GO	Recomenda-se que seja inserida, ainda nas páginas 19 a 21, a exigência de que as metas de gestão de efluentes e de qualidade da água adotadas pelos empreendimentos minerários estejam alinhadas ao enquadramento vigente ou pretendido dos corpos hídricos da bacia hidrográfica. Essa diretriz é fundamental para assegurar que a operação minerária contribua para a manutenção ou melhoria das classes de qualidade da água, conforme definido pelos colegiados de bacia e pela legislação ambiental	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que essa preocupação já esteja contemplada na Política Nacional de Recursos Hídricos.
Eixo Social	Relações e Práticas de Trabalho	Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Participação de trabalhadores e trabalhadoras: criação de espaços de participação social no setor de mineração e energia (tais como Conselhos, Grupos de Trabalho, Comissões, etc.) ou criação de vagas nos já existentes, para a representação de trabalhadores e trabalhadoras, desde a elaboração, a implementação, até a fiscalização da política pública. GT Terras e Minérios Raros: Criação de um Grupo de Trabalho com participação dos trabalhadores e trabalhadoras sobre tema de Terras e Minérios Raros. GT Mina (Céu aberto/Subterrânea): criação de Grupo de Trabalho de Mina a Céu aberto e Subterrânea com participação exclusiva de trabalhadores e trabalhadoras que trabalham dentro destas operações em minas, visando fortalecer o diálogo e avançar nos temas, entre os quais se destacam: riscos grau 4 sem insalubridade-periculosidade, barragens, ZAS, saúde mental, automação e transição justa. Ampliação da atuação do Ministério Público do Trabalho – MPT: deve estar envolvido em todo o processo, não restrito ao apoio, liderando a fiscalização total da mineração brasileira, na elaboração e poder de veto das licenças de instalação e produção, fiscalização do projeto apresentado (Impactos ambientais/sociais, recuperação de áreas, empregos locais mínimos, cursos profissionalizantes), e fiscalizar fundo de indenização financiado pelas empresas revertido à comunidade sem acidentes Apresentação de projetos: a. Deverá constar os impactos ambientais e sociais, com a devida forma de recuperação das áreas atingidas a partir de um plano de reestruturação das áreas e municípios após vida útil da exploração. b. Determinação de percentual de empregos que serão gerados para a comunidade com sua manutenção ao longo da exploração. c. Desenvolvimento de cursos profissionalizantes para comunidade e aproveitamento dos profissionais formados. d. Criação de fundo garantidor, com valor definido, para indenização da população atingida por possíveis acidentes, sendo a empresa/corporação responsável por seu financiamento e com gestão tripartite, com representantes de governo, empresariado e de trabalhadores. No caso de não haver acidentes, será revertido para a comunidade/município o valor, após vida útil. Tendo o Ministério Público o papel de fiscalizador.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece-se que o Referencial Básico da Mineração são diretrizes que não se confundem com os marcos legais vigentes, possuindo caráter exclusivamente orientador, não havendo extrapolação normativa.
Eixo Ambiental	Gestão sustentável do solo e Conservação da biodiversidade e valorização dos serviços ecossistêmicos	IBRAM	Ítem: Vincular explicitamente a recuperação de áreas degradadas para evitar interpretações extensivas e condicionantes inadequados Proposta: Deixar escopo claro: práticas voltadas à restauração e controle de impacto.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que a recuperação de área degradada é uma obrigação constitucional (ART. 225) para aquele que explorar os recursos minerais. Tal obrigação foi replicada em vários dispositivos do direito ambiental e mineral, não sendo portanto uma ação discricionária do minerador.
Eixo Ambiental	Estabelecer política de gestão Estabelecer gestão sustentável da água e controle de efluentes, considerando análise de riscos e padrões de lançamento, prevenção de desperdícios e programas de monitoramento <u>contínuo</u> da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.	IBRAM	Ponto de atenção: Monitoramento contínuo; Recomendação: * O monitoramento ambiental deve ser realizado em conformidade com periodicidade definida em estudos ambientais e aprovadas pelo órgão ambiental. * Para monitoramento contínuo é necessário o desenvolvimento de tecnologia, temos desafios de infraestrutura no Brasil (telemetria) grande parte dos pontos de monitoramento da mineração são em áreas remotas.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Para melhor compreensão e para melhoria da proposição a expressão "monitoramento contínuo" será trocado por "monitoramento periódico frequente".

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO Fabrício de Campos	SUBTEMA 3 – Rebaixamento de Lençol Freático para Exploração de Cava Referencial Básico: Identificar, avaliar e mitigar impactos do rebaixamento de níveis freáticos decorrentes da lavra. Estratégias Ampliadas : • Desenvolver estudos hidrogeológicos integrados com modelagem numérica, balanço hídrico e estudos de condutividade hidráulica. • Implementar sistemas de bombeamento controlado, minimizando interferências em nascentes, poços, cursos d’água e comunidades. • Avaliar interferências em aquíferos livres e confinados, áreas de recarga e regimes hidrológicos. • Implementar monitoramento piezométrico contínuo e programas de compensação hídrica quando cabíveis. • Considerar cenários de eventos climáticos extremos no planejamento.	Indeferido	Não se aplica, tendo em vista que as proposições extrapolam o escopo do Referencial Básico, por tratarem de exigências de conformidade legal. O Referencial Básico parte da premissa de atendimento à legislação vigente e possui caráter orientador, voltado à promoção de boas práticas. Ademais, as matérias em questão são tipicamente tratadas no âmbito do licenciamento ambiental e da outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme a legislação aplicável
Eixo Ambiental	Mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa	AECOM Felipe Bertelli de Oliveira	Embora o tema de mudanças climáticas já esteja incorporado ao Eixo Ambiental, há uma oportunidade relevante para fortalecer as estratégias que levarão à sua aplicação prática. A inclusão de estratégias técnicas que incentivam a simulação de diferentes cenários climáticos, por meio de metodologias específicas, incorporando os resultados ao longo do ciclo de vida das estruturas, contribuiria para tornar as estratégias de adaptação e mitigação mais robustas. Além disso, estabelecer indicadores mínimos de desempenho climático permitirá avaliar o desempenho climático dos empreendimentos e do setor como um todo. A adoção de indicadores ampliará a comparabilidade entre operações, aumentariam a verificabilidade das ações propostas e potencializariam o papel indutor do Referencial na promoção de práticas climáticas mais sólidas. Recomenda-se a inclusão das seguintes estratégias: • Incentivar a adoção de cenários climáticos futuros compatíveis com projeções reconhecidas, contemplando eventos extremos relevantes para cada contexto territorial; • Integrar a avaliação de riscos climáticos físicos e de transição aos processos de planejamento, licenciamento, operação e fechamento de minas; • Estabelecer indicadores mínimos de desempenho climático, incluindo métricas de emissões, eficiência energética e resiliência de estruturas, com metas progressivas e possibilidade de verificação independente.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição, e entende que a sugestão já esteja contemplada nas estratégias do Referencial Básico.
	O eixo de governança busca refletir as particularidades e desafios institucionais do setor mineral brasileiro e fortalecer os mecanismos de gestão que asseguram sua credibilidade e sustentabilidade no longo prazo.	SEDICS/AL	Ítem: Transparência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e rastreabilidade fiscal Sugestão: Aprimorar gestão dos entes públicos com plataformas atualizadas de arrecadação e destino.	Indeferido	O MME agradece a sua contribuição. Avalia que a sugestão já esteja contemplada na Diretriz "Fortalecer a governança e a transparência na arrecadação e aplicação dos recursos da CFEM".
Eixo Social	Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial	CBPM	O contribuinte sugere a Inclusão da MAPE no Diálogo Local: Garantir a participação de representantes formais de cooperativas de MAPE nos canais de diálogo e participação social estabelecidos (Ex: Conselhos Locais, Comitês de Crise), promovendo a desmarginalização e assegurando que suas necessidades sejam consideradas no planejamento territorial. O RB sugere "engajar e capacitar comunidades" e "promover a construção de soluções"	Parcialmente Deferido	A sugestão foi incorporada no RB. Estabelecer canais de diálogo e participação faz parte da estratégia do Referencial Básico para a MAPE.
	Formulação do Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável: das Boas Práticas à Promoção do Trabalho Digno e Decente.	IBRAM	1. Referencial deriva de múltiplos padrões (TSM, PR2030, CMS, IRMA). 2. Faltam temas: emergência e crises, projetos e reassentamento, fechamento de mina, povos indígenas. 3. Necessário flexibilizar aceitação de outros padrões. 4. Falta clareza sobre evidências e nível de comprovação. 5. Falta clareza sobre se será obrigatório (financiamentos, BNDES) ou apenas guia voluntário. Proposta: Reforçar transparência sobre escopo, obrigatoriedade e articulação com outros padrões já usados pelo setor.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que a temática do fechamento de mina já está abordada na proposta, por sugestão, serão incluídos tópicos mais claros acerca de emergência, reassentamento e povos indígenas.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	SEDICS/AL	Ítem: Valorização da economia circular Sugestão: * Incluir incentivos à revalorização de rejeitos para usos agrícolas (pó de rocha), construção civil e infraestrutura pública. * Avançar diretriz de economia circular mencionada no documento	Indeferido	O MME agradece a manifestação. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, não constituindo por si só como uma obrigação. Nesse sentido, este instrumento possui limitações em criar incentivos. De todo modo, ficamos felizes em saber que a sua preocupação com a Economia Circular e o reuso de rejeito já encontram-se inseridas no Eixo Ambiental.
Eixo Ambiental	Mudanças Climáticas	ICMBio Letícia Regina do Amaral	Alinhamento: o Referencial prevê a integração de riscos climáticos e eventos extremos no planejamento de estruturas (ex.: barragens de rejeitos). Propostas -Os Planos de Adaptação podem utilizar Unidades de Planejamento hidrográficas (Ottobacias nível 6) e os Mapas de Sensibilidade/Vulnerabilidade do PRIM como insumos mínimos em alternativa locacional, engenharia de resiliência e planos de contingência. (PRIM Seções III e V) Sugestão: * Tornar obrigatória a consideração de efeitos cumulativos a jusante nas avaliações de adaptação quando houver barragens de rejeitos ou estruturas de contenção. (PRIM Seção V	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que o PRIM é uma iniciativa do Governo Federal e com boas práticas para o setor, será incluída nas referências positivas.
Eixo Social	Adotar políticas e práticas voltadas à promoção da DE&I	IBRAM	O contribuinte sugere inclusão dos públicos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DECI) nos programas sociais desenvolvidos pelas empresas com proposição de indicadores para mensuração de impacto.	Deferido	O MME agradece a contribuição e avalia que o tema esteja contemplado na revisão Referencial Básico.
Eixo Governança	Estabelecer ações voltadas à diversificação econômica e ao fortalecimento de novas vocações produtivas.	IBRAM	Na página 38, no item: “ Estabelecer ações voltadas à diversificação econômica e ao fortalecimento de novas vocações produtivas ”, trata-se de uma competência dos entes públicos e da forma que está escrito da margem para interpretação de que a empresa deve entrar na competência da gestão pública. Sugere-se: 'Reforçar a importância junto ao poder público local da diversificação econômica e do fortalecimento de novas vocações produtivas, auxiliando o município em diagnósticos dessas potencialidades'.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que o Referencial Básico se configura como referência tanto para o setor público quanto privado. Ademais, a temática da diversificação econômica é ampla e não foi atrelada a apenas uma das partes.
	O eixo social representa um dos pilares centrais para a consolidação de uma mineração sustentável. Seu fortalecimento é essencial para assegurar que o desenvolvimento mineral seja construído de forma legítima, justa e duradoura, colocando as pessoas, os territórios e os direitos humanos no centro das estratégias do setor.	SEDICS/AL	Ítem: Pactuação Estado–Município–Empresa Sugestão: Incluir previsão de instrumentos tripartites de governança territorial (planos locais de desenvolvimento, pactos de demandas sociais, mecanismos permanentes de diálogo).	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que apoiar iniciativas dos entes não implica em assumir obrigações não previstas, trata-se de ato voluntário.
Eixo Governança	Práticas de Controle, Gestão e Transparência	AECOM	O subtema “Rastreabilidade” apresenta duas estratégias voltadas, respectivamente, à adoção de sistemas integrados e verificáveis de rastreabilidade da produção mineral e ao desenvolvimento de painéis de dados abertos, de relatórios simplificados e de meios de consulta acessíveis. Trata-se de um avanço relevante para fortalecer a governança, a transparência ativa e a credibilidade das cadeias de produção. Entretanto, a estratégia pode ser ampliada com a inclusão de mecanismos de verificação independentes, nem o escopo e os critérios de rastreabilidade. Sugere-se que sejam adicionadas novas estratégias no subtema: • Definir o escopo de rastreabilidade, contemplando a origem (mina/empreendimento), volume, movimentação, beneficiamento, transporte e destino, com identificação por lote, sempre que tecnicamente aplicável, e com periodicidade definida para a atualização dos registros. • Assegurar verificabilidade independente dos sistemas de rastreabilidade, com critérios e metodologias transparentes e integração aos processos de gestão de riscos, de modo que achados críticos retroalimentem planos de ação, auditorias e a tomada de decisão.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A partir da sugestão, foi realizado aprimoramento da redação.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Estabelecer políticas, planos de ação e práticas operacionais voltadas à economia circular, incluindo mapeamento de fluxos, redução de desperdícios, reutilização, reciclagem e remanufatura, integrando esses princípios à gestão da organização.	CBPM	Implementação de Programas de Inovação Aberta: Criar programas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento (P&D) em parceria com universidades e startups para o uso de tecnologias de reciclagem e reuso de materiais operacionais (óleos, peças, pneus, uniformes) dentro da própria mina, antes da destinação final. * O RB incentiva parcerias para soluções de reaproveitamento de rejeitos.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando a relevância da temática e a pertinência da sugestão, as estratégias serão aprimoradas de modo a incorporar as propostas apresentadas.
Eixo Governança	Desenvolvimento econômico sustentável e diversificado	CBPM	Verticalização e Agregação de Valor (Nova Estratégia): O Referencial Básico deve incluir um novo subtema/estratégia focado em "Incentivo à Industrialização e Manufatura do Bem Mineral" (verticalização), estabelecendo diretrizes para que políticas públicas e instrumentos de fomento (Fundo de Desenvolvimento, créditos) priorizem projetos que destinem o bem mineral para processamento industrial e manufatura no Brasil, em vez da exportação do commodity bruto, gerando maior valor agregado e empregos de maior qualificação. O RB fala em " diversificação econômica ". Este ponto transforma a diversificação em " verticalização ", uma estratégia mais forte.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Apesar de estar previsto neste Referencial Básico o Programa da Mineração Sustentável, destinada à Administração pública, avalia-se que a sugestão tem mérito e novo tema foi incluído.
Eixo Governança	Avaliação ESG e Instrumentos de Financiamento Sustentável	CBPM	Critério de Verticalização em Avaliações ESG: Incluir o grau de verticalização (industrialização e agregação de valor) como um indicador de desempenho obrigatório na "Avaliação ESG e Instrumentos de Financiamento Sustentável", priorizando acesso a financiamentos e incentivos para empresas que investem em manufatura de seus minerais. O RB fala em " Desenvolver critérios de avaliação ESG " e " Estimular a adoção de mecanismos de finanças sustentáveis ".	Deferido	O MME agradece a contribuição. Apesar de estar previsto neste Referencial Básico o Programa da Mineração Sustentável, destinada à Administração pública, avalia-se que a sugestão tem mérito e novo tema foi incluído, de modo a incentivar ou priorizar projetos que incluam a verticalização da cadeia de valor.
	Formulação do Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável: das Boas Práticas à Promoção do Trabalho Digno e Decente.	IBRAM	Documento não cita a Taxonomia Sustentável Brasileira, que cobre grande parte dos temas ambientais e sociais. Proposta: Incluir taxonomia é essencial para coerência regulatória e alinhamento com instrumentos nacionais de finanças sustentáveis;incluir item sobre financiamento verde/sustentável	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que de fato a proposta não incluiu a taxonomia ou outros instrumentos financeiros, por não estarem válidos para todas as substâncias minerais, porém considerando a importância será incluído tópico específico.
Eixo Social	Políticas e práticas voltadas à promoção da DE&I	Instituto Escolhas	Inclusão: de estratégia referente às informações da força de trabalho Dentro do tema “Diversidade, Equidade e Inclusão (DECI)” incluir uma estratégia que faça referência ao monitoramento e divulgação de informações relativas à força de trabalho, identificando número de pessoas, gênero, raça, idade, escolaridade e grupos de cargo, para garantir um conjunto mínimo de métricas que possam ser avaliadas: * “Monitorar anualmente e dar transparência às informações relativas à força de trabalho, identificando número de pessoas, gênero, raça, idade, escolaridade e grupos de cargo”.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada no Referencial Básico.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Social	Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, com estímulo à participação nos processos decisórios.	IBRAM	Na página 28, no item: “Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, garantindo sua participação ativa nos processos decisórios.”, a questão da participação ativa em processos decisórios está citada de modo muito amplo, dando a impressão de que as partes interessadas devem ser envolvida até mesmo em decisões internas estratégicas do corpo gestor da empresa. Sugere-se: “Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, garantindo escuta ativa das referidas partes nos processos decisórios.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada ao Referencial Básico.
Eixo Social	Relacionamento e comunicação com a comunidade	IBRAM	Relacionamento e comunicação com a comunidade/Integrar o desenvolvimento local à estratégia de atuação no setor mineral/Apoio à arranjos produtivos locais. Sugere-se: incluir o incentivo a diversificação econômica local.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sugestão para inclusão de estratégia de apoio aos arranjos produtivos locais foi inserida no Referencial Básico.
Eixo Governança	Alinhar as auditorias internas e externas à estratégia organizacional e à gestão de riscos	IBRAM	A proposta de divulgar auditorias completas pode expor vulnerabilidades técnicas, dados sensíveis e informações estratégicas, o que contraria protocolos de segurança e boas práticas internacionais. Recomendação: “divulgar apenas elementos não sensíveis, alinhados a protocolos de segurança e legislação aplicável.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição, mas esclarece que o "Referencial Básico" serve apenas de referência para as políticas públicas, programas, ações e instrumentos de fomento à mineração responsável, sendo orientador para as ações estatais e indicativo, em caráter não vinculante para as empresas, entidade e demais partes interessadas envolvidas com a atividade minerária, sem prejuízos aos normativos legais existentes, tal qual a LGPD.
Eixo Governança	Estabelecer parcerias com governos locais, ONGs ou organizações internacionais, quando pertinente, para promoção da estabilidade, prevenção de conflitos, nas regiões sob influência do projeto e proteção de direitos humanos, observados a natureza, a escala e os riscos das atividades. para promoção da estabilidade, resolução de conflitos locais e garantia da prevenção à violação de direitos humanos.	IBRAM	Na página 41, no item: “Estabelecer parcerias com governos locais, ONGs e organizações internacionais para promover a estabilidade e a paz nas regiões afetadas.”, o item está muito amplo, remetendo a qualquer tipo de conflito, mesmo que o referido problema não tenha relação com a operação do projeto mineral. Além disso, pode ser que não seja realmente necessário estabelecer a parceria com os referidos entes e instituições para resolver um conflito, bastando dar transparência nas resoluções e garantindo a não violação de direitos humanos. Sugere-se: “Estabelecer parcerias, sempre que possível e/ou necessário, com governos locais, ONGs e organizações internacionais para promover a estabilidade e a resolução de conflitos nas regiões sob influência do projeto, garantindo sempre a transparência nas formas de resolução dos conflitos e a garantia de práticas de prevenção a violações de direitos humanos.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada neste Referencial Básico.
Eixo Governança	Realizar avaliações regulares do cenário político e econômico local, regional e nacional.	IBRAM	Sugere: avaliações periódicas do cenário político e econômico pelas empresas, o que: • não faz parte das boas práticas internacionais; • influencia estratégias internas; • pode ferir confidencialidade corporativa. Recomendação: permitir avaliação conforme governança interna, sem obrigação normativa.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo tanto para o setor público quanto privado, não se configurando portanto como ato normativo.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Social	Gestão socioambiental em áreas atingidas por conflitos	AECOM	O subtema Gestão socioambiental em áreas atingidas por conflitos reúne estratégias voltadas à promoção de relações transparentes e equitativas com as comunidades, com foco na prevenção de riscos e impactos socioambientais. Embora apresente alinhamento conceitual com boas práticas, o conjunto de estratégias ainda carece de maior densidade operacional e de vinculação clara a processos decisórios e a mecanismos efetivos de resposta. Ressalta-se a possibilidade de inclusão da corresponsabilização de outros atores relevantes da cadeia de valor, como fornecedores, prestadores de serviços e parceiros locais, frequentemente envolvidos na origem ou na intensificação de conflitos. Ademais, as ações de capacitação para gestão de conflitos podem ser ampliadas para contemplar lideranças, gestores e demais atores estratégicos. A previsão de canais permanentes e participativos de diálogo constitui um ponto positivo, porém é importante fortalecer sua influência nas decisões, à forma de enfrentamento das assimetrias de poder ou aos procedimentos aplicáveis em situações de conflitos não resolvidos. Dessa forma, sugere-se que a seguinte estratégia seja alterada: • De: Oferecer capacitação contínua a trabalhadores para lidar com situações de conflitos. • Para: Oferecer capacitação contínua a trabalhadores, lideranças, gestores e atores estratégicos em prevenção, mediação e gestão de conflitos socioambientais. Sugere-se que sejam adicionadas as seguintes estratégias no subtema em questão: • Ampliar a gestão de conflitos para abranger fornecedores, prestadores de serviços e parceiros locais, promovendo a corresponsabilização ao longo da cadeia de valor. • Estabelecer procedimentos estruturados para resposta a conflitos não resolvidos, incluindo prazos e mecanismos de acompanhamento. • Assegurar transparência sobre decisões, medidas adotadas e resultados dos processos de gestão de conflitos, garantindo retorno sistemático às comunidades envolvidas.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão, no que foi possível, foi incorporada ao Referencial Básico.
Eixo Social	Saúde e segurança ocupacional	IBRAM	A minuta propõe divulgação ampla de informações sobre saúde e segurança, mas não delimita o tipo de informação, o público-alvo e a proteção de dados pessoais. Boas práticas internacionais diferenciam: • informações sobre riscos comunitários (devem ser divulgadas); • dados sensíveis ou ocupacionais (devem ser protegidos); • informações estratégicas operacionais (devem ser restritas). Recomendação: divulgar exclusivamente informações relevantes para a comunidade, preservando confidencialidade e LGPD.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta Pasta entende a importância da temática, mas esclarece que o Referencial Básico apenas propõe diretrizes nos limites da legislação vigente. Nesses termos, dados e informações sensíveis, restritos ou sigilosos têm a sua restrição estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro.
Eixo Governança	Assegurar que as manifestações recebidas sejam respondidas de forma clara e transparente, mediante o estabelecimento de prazos para resposta inicial e prazos razoáveis para resolução, definidos conforme a complexidade da demanda. com prazos pré-fixados para respostas.	IBRAM	O texto mistura prazos de resposta com prazos de resolução. ISO 10002 diferencia: • prazo para primeira resposta (rápido); • prazo para solução (variável conforme complexidade). Recomendação: “estabelecer prazos razoáveis para resposta inicial, conforme complexidade.”	Deferido	O MME agradece a contribuição, conforme sugestão o texto foi aprimorado.
Eixo Social	Estimular formação de lideranças locais para participação nos processos decisórios.	IBRAM	Na página 28, no item: “Estimular formação de lideranças locais para participação ativa nos processos decisórios.”, da mesma forma que o item anterior, está muito amplo, dando a impressão de que as lideranças comunitárias devem ser envolvida até mesmo em decisões internas estratégicas do corpo gestor da empresa. Sugere-se: “Estimular formação de lideranças locais para manifestação ativa sobre os anseios das comunidades, garantindo escuta ativa nos processos decisórios.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que participar não é ato vinculante, está mais relacionado à pertencimento.
Eixo Social	Desenvolver planos e metas socioambientais monitoráveis para cada fase do ciclo de vida do projeto	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Tema: Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial Na estratégia “Desenvolver planos e metas socioambientais monitoráveis para cada fase do ciclo de vida do projeto” deve haver expressa menção à divulgação ampla, pública e de fácil acesso de dados, documentos e informações.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que sua sugestão já esteja inserida em várias partes do Referencial Básico, entre elas, nas estratégias: Divulgar publicamente dados de monitoramento e relatórios de auditoria em linguagem acessível; Realizar auditorias ambientais regulares e divulgar os resultados de forma transparente; e Divulgar informações claras e acessíveis sobre segurança e saúde.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Social	Políticas e práticas voltadas à promoção da DE&I	AECOM	O subtema Políticas e práticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DECI) orienta a implementação de políticas e práticas institucionais voltadas à promoção de ambientes de trabalho inclusivos, justos e respeitosos, com foco na redução de desigualdades estruturais. Embora apresente estratégias relevantes, o subtema pode ser expandido para incluir o estabelecimento de canais de denúncias seguros, acessíveis e confidenciais. Dessa forma, sugere-se que seja adicionada a seguinte estratégia: • Estabelecer canais seguros e acessíveis para denúncias relacionadas a práticas discriminatórias, assédio ou violações aos princípios de diversidade, equidade e inclusão, assegurando confidencialidade, proteção ao denunciante e tratamento adequado das manifestações.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Avalia-se que as estratégias abaixo já contemplem a sugestão: Implantar canais acessíveis e seguros de denúncia e escuta; Manter canais eficazes de denúncia e proteção a denunciantes; Estabelecer mecanismos acessíveis para apresentação de queixas e denúncias por parte das comunidades.
Eixo Social	Relacionamento e comunicação com a comunidade	IBRAM	Diálogo Social – Fechamento de Mina: Faltam diretrizes específicas para fase de fechamento de mina e alternativas socioeconômicas Proposta: Incorporar indicadores mínimos de transição econômica.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Avalia-se que as estratégias abaixo contemplem a sugestão: Elaborar, executar e manter atualizado o Plano de Fechamento de Mina (PFM) desde o início da operação, integrado ao ciclo de vida do empreendimento, conforme exigências legais e boas práticas nacionais e internacionais; e Executar recuperação progressiva de áreas já utilizadas e planos de fechamento alinhados à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).
Eixo Social	Relacionamento e comunicação com a comunidade	IBRAM	Considerando as demandas que o setor privado recebe, é importante que haja o estabelecimento dos devidos limites de competência e responsabilidade.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação. Nesse sentido, foi indicado o caráter não vinculante deste instrumento.
Eixo Social	Direitos Humanos	Instituto Escolhas	Inclusão: de estratégia que mencione a Convenção 169 da OIT Dentro do tema “Direitos Humanos”, incluir um subtema ou uma estratégia dentro dos subtemas existentes que faça referência expressa ao cumprimento da Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT) que garanta consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas antes de ações que afetem seus direitos: “Garantir consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, conforme as disposições da Convenção 169 da OIT.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada ao Referencial Básico.
Eixo Ambiental	Apoiar financeira e/ou institucionalmente projetos e/ou programas que visem a preservação e educação socioambiental.	IBRAM	Ponto de atenção: Precisa estar alinhado com o Plano de Educação Ambiental do município e com as estratégias já praticadas pelas empresas privadas no território.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A necessidade de integração de políticas públicas dos entes subnacionais foi incluída como estratégia no Referencial Básico.
Eixo Ambiental	Elaborar planos de ação com metas claras de mitigação climática.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Elaborar planos de ação com metas claras de mitigação climática" deve haver expressa menção também a objetivos claros, cronograma de ação e recursos financeiros e orçamentários necessários. Além disso, para além de se " elaborar planos ", deve haver foco na sua efetivação, correlacionando com as políticas públicas e, especialmente, o Plano Clima Mitigação, num horizonte de ação até 2035. No referencial básico "Otimizar o desempenho energético" deve-se indicar expressamente e necessidade de aumento no fomento e na utilização de energia renovável.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição.Considerando a relevância da temática e a pertinência da sugestão, as estratégias serão aprimoradas de modo a incorporar, no que for possível, as propostas apresentadas.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Promover a interoperabilidade de informações sobre o setor mineral entre plataformas federais, estaduais e municipais.	IBRAM	Na página 38, no item: “Promover a interoperabilidade de informações sobre o setor mineral entre plataformas federais, estaduais e municipais.” , também tem-se o entendimento de que a empresa deve entrar na competência dos entes federativos para estabelecer instâncias de cooperação entre os mesmos. Sugere-se: “Demonstrar a importância e estimular os entes federativos na manutenção de interoperabilidade de informações sobre o setor mineral entre plataformas federais, estaduais e municipais.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que o texto está adequado, considerando que o Referencial Básico se aplica ao setor privado e público.
Eixo de Governança	O eixo de governança busca refletir as particularidades e desafios institucionais do setor mineral brasileiro e fortalecer os mecanismos de gestão que asseguram sua credibilidade e sustentabilidade no longo prazo.	MAICON ENIO EISENBACH	O contribuinte sugere a Necessidade de deixar mais claro quais os instrumentos de fomento à mineração responsável às empresas.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. O RB considera a contribuição pertinente para o aprimoramento deste documento.
	Foram ainda firmadas duas convenções internacionais de impacto direto sobre o setor mineral e ambiental: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que trata da conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), que levou à criação de instrumentos jurídicos como o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015), reforçando o papel do Brasil na transição para uma economia de baixo carbono e na proteção de biomas estratégicos.	MMA João Schafaschek	Substituir: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (ou UNFCCC, em inglês)	Deferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. Conforme sugestão, o texto foi alterado.
Eixo Ambiental	Proteção do Patrimônio Cultural	IBRAM	Sugere-se substituir a palavra “contínuo” por “frequente” para ser mais preciso em programas de comunicação realistas. O termo contínuo é muito aberto à interpretação.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Para melhor compreensão a expressão “formação continuada” foi trocada por “formação frequente”.
Eixo Ambiental	O eixo ambiental reúne o Referencial Básico e as estratégias que buscam orientar a mineração brasileira em harmonia com o meio ambiente. Ele parte do reconhecimento de que a proteção dos recursos naturais e a redução dos impactos são condições essenciais para a sustentabilidade do setor.	SEDICS/AL	Integração com políticas estaduais de clima, biodiversidade e recursos hídricos Sugere: * Incluir diretriz para alinhamento obrigatório entre o RBMB e os instrumentos estaduais (Planos de Clima, Zoneamentos Ecológico-Econômicos, Planos Estaduais de Recursos Hídricos e Caatinga). o * Reforça a governança ambiental federativa prevista no documento.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a manifestação. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo, não constituindo por si só como uma obrigação. Entretanto, reconhecendo a importância da integração da mineração com as outras políticas subnacionais, será incluído um novo tópico que contemple a sugestão apresentada quanto à integração das políticas.
Eixo Social	Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, com estímulo à participação nos processos decisórios.	IBRAM	Sugerimos incluir referências ou diretrizes mínimas que orientem o engajamento comunitário, como: -Princípios básicos (ex.: inclusão, representatividade, transparência); -Padrões mínimos (ex.: frequência de reuniões, canais de comunicação, mecanismos de feedback); -Boas práticas reconhecidas por órgãos reguladores ou normas internacionais (ex.: IFC, ISO 26000). Isso ajudará a garantir consistência e qualidade na aplicação do engajamento, além de facilitar a avaliação e monitoramento.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Apesar do mérito da sugestão, não é intuito do Referencial Básico estabelecer metodologia ou padrões para realização de engajamento comunitário.
Eixo Social	Relacionamento e comunicação com a comunidade	IBRAM	Povos indígenas e comunidades tradicionais: Referencial não traz diretrizes específicas para PI/CT. Proposta: Incluir orientação específica conforme padrões internacionais (IFC, ICMM, IRMA).	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sugestão para complementação da temática acerca dos povos indígenas e das comunidades tradicionais foi inserida no Referencial Básico.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Identificar riscos climáticos e integrar a adaptação ao planejamento estratégico	MMA João Schafaschek	Avaliar riscos climáticos físicos atuais e futuros e integrar a adaptação ao planejamento estratégico, técnico, operacional e territorial da atividade minerária.	Deferido	O MME agradece a contribuição, a sugestão foi incluída no Referencial.
Eixo Governança	Planejamento Estratégico e ordenamento territorial	IBRAM	Mitigação de efeitos das demandas por serviços/Mitigar efeitos do aumento da demanda por serviços públicos/Implementar planos de ação para prevenção e mitigação do impacto diretos nos serviços públicos Ponto de Atenção: Importante destacar que a aplicação do recurso da Cfem visa compensar impactos como estes.	Agradecer	O MME agradece a observação. O intuito dessas estratégias é que as medidas e ações necessárias sejam adotadas para mitigar os impactos diretos sob responsabilidade do empreendedor, para que o ônus não seja integralmente absorvido pelos territórios. A CFEM é uma compensação e não recurso para mitigar impacto.
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO	 O contribuinte sugere também nas páginas 19 e 20 , que os diagnósticos de disponibilidade hídrica e os balanços hídricos elaborados pelos empreendimentos incluam todos os usos de recursos hídricos: aqueles sujeitos à outorga, os dispensados de outorga e os demais usos existentes.	Indeferido	O Ministério de Minas e Energia agradece a contribuição apresentada. As obrigações relativas à outorga de direito de uso de recursos hídricos, à declaração dos usos e à cobrança pelo uso da água já são disciplinadas pela Lei nº 9.433, de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH), e pelas normas complementares dos órgãos gestores de recursos hídricos como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Por se tratar de matéria já disciplinada na legislação específica e de competência dos órgãos gestores de recursos hídricos, a proposta extrapola o escopo deste instrumento.
	Como mencionado, o Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável foi concebido com o objetivo de estabelecer parâmetros orientadores para a promoção de uma atividade minerária sustentável e alinhada às expectativas sociais, ambientais e de governança contemporâneas. Ele adota um olhar abrangente, voltado tanto para o setor público quanto para o privado, de forma que os temas aqui apresentados devem ser interpretados em suas devidas proporções, especificidades e aplicados aos diferentes contextos.	SEMIG	A SEMIG sugere: (i) Referência explícita à Amazônia como região estratégica e sensível, com protocolos reforçados de prevenção, monitoramento e recuperação ambiental; (ii) Detalhamento de instrumentos de apoio à MAPE na região, com crédito, assistência técnica e tecnologias livres de mercúrio; (iii) Incentivo à verticalização e agregação de valor a minerais críticos em território nacional; (iv) Valorização da participação dos estados da região amazônica na governança do Programa Nacional da Mineração Sustentável.	Indeferido	-O MME agradece a manifestação e reconhece a importância do Amazonas para a mineração. Entretanto, o objetivo deste Referencial básico é ser um instrumento indutor de boas práticas para todo o setor e em todos os estados.
	Como mencionado, o Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável foi concebido com o objetivo de estabelecer parâmetros orientadores para a promoção de uma atividade minerária sustentável e alinhada às expectativas sociais, ambientais e de governança contemporâneas. Ele adota um olhar abrangente, voltado tanto para o setor público quanto para o privado, de forma que os temas aqui apresentados devem ser interpretados em suas devidas proporções, especificidades e aplicados aos diferentes contextos.	PGE/AM	e) Eventuais contribuições, sugestões ou recomendações considerando as especificidades amazônicas	Agradecer	O MME agradece a manifestação. Esta pasta reconhece que a mineração brasileira é muito heterogênea graças sua vasta diversidade geológica, por isso, a proposta do MME abrange desde a pequena mineração até a grande mineração.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Conduta Empresarial	AECOM	O subtema “Integridade corporativa” apresenta estratégias relevantes para promover a ética, a conduta responsável, a prevenção de conflitos de interesse, o combate à corrupção, às fraudes e às práticas anticompetitivas. Essas diretrizes são fundamentais para fortalecer a governança e a credibilidade do setor mineral. Entretanto, as estratégias não especificam mecanismos de verificação independente que assegurem a efetividade das políticas de integridade, nem definem critérios para avaliação externa da conformidade com os princípios estabelecidos. A ausência de auditorias externas pode limitar a transparência e a confiança das partes interessadas, especialmente em um setor com alta exposição a riscos reputacionais e regulatórios. Dessa forma, sugere-se que sejam adicionadas novas estratégias no subtema: • Fomentar a realização de auditorias externas independentes sobre os sistemas e práticas de integridade corporativa, incluindo políticas de ética, prevenção de conflitos de interesse, combate à corrupção, fraudes e práticas anticompetitivas, com periodicidade definida e critérios transparentes. • Integrar os resultados das auditorias externas aos processos de gestão de riscos e aos planos de ação, garantindo que os achados críticos retroalimentem a tomada de decisão, a melhoria contínua e a prestação de contas às partes interessadas.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando a pertinência da sugestão, novas estratégias foram inseridas.
Eixo Social	Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, com estímulo à participação nos processos decisórios.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, com estímulo à participação nos processos decisórios" deve haver não somente o "estímulo", mas a efetiva escuta e internalização das opiniões e reclamações dos afetados dentro do planejamento do empreendimento.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada no Referencial Básico.
Eixo MAPE	Promover o Desenvolvimento Estruturado da MAPE	AECOM	Independente da escala da atividade, a definição de critérios claros para o fechamento de mina é essencial, de modo a assegurar a conformidade legal, prevenir a geração de passivos socioambientais e reduzir riscos econômicos de longo prazo. A ausência de planejamento estruturado para o encerramento das atividades tende a transferir custos socioambientais às comunidades e ao poder público. Nesse sentido, a elaboração de planos de fechamento de mina, acompanhados de garantias financeiras compatíveis com a realidade da MAPE, constitui um instrumento fundamental para promover a responsabilidade ambiental e a sustentabilidade do setor. Ademais, o envolvimento de operações de maior porte é relevante para viabilizar o suporte técnico e a transferência de conhecimento, contribuindo para a construção de planos de fechamento mais robustos e para a transição da MAPE para modelos de mineração mais responsáveis. Dessa forma, sugere-se que sejam adicionadas as seguintes estratégias: • Promover a elaboração de planos de fechamento de mina para a MAPE, com critérios técnicos proporcionais à escala da atividade. • Assegurar a adoção de garantias financeiras compatíveis com a realidade da MAPE, com apoio técnico e, quando aplicável, transferência de conhecimento.	Indeferido	O MME agradece as considerações e reconhece o alto mérito das sugestões. Infelizmente a garantia financeira na mineração é um desafio emergente que carece de regulação e de linhas de financiamento. Esperamos que na próxima reunião possamos incorporar da melhor forma essas preocupações. Ademais, esclarece-se que a recuperação de áreas degradadas é obrigatória para aquele que explorar os recursos minerais.
	RELAÇÃO ENTRE OS ODS E O REFERENCIAL BÁSICO PARA MINERAÇÃO BRASILEIRA SUSTENTÁVEL: DAS BOAS PRÁTICAS À PROMOÇÃO DO TRABALHO DIGNO E DECENTE.	IBRAM	ODS – Mitigação de GEE - Incluir ODS 7 (energia limpa) e ODS 17 (parcerias). Proposta: Reforça coerência do capítulo com a agenda global	Deferido	O MME agradece a contribuição e reconhece a necessidade de que entre suas estratégias haja ações para a mitigação da liberação de GEE e de estreitar parcerias.
Eixo Ambiental	Promoção da economia circular	CBPM	Fomentar a Integração da Cadeia de Valor Reversa: Incluir a sugestão de que as empresas estabeleçam parcerias formais e de longo prazo com cooperativas e associações de catadores e reciclagem locais para o gerenciamento de seus resíduos sólidos, promovendo a destinação correta e gerando renda para as comunidades. O RB já sugere "engajamento multisetorial" e "parcerias estratégicas". Este ponto especifica o foco nas cooperativas locais.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Gestão adequada de resíduos sólidos, rejeitos e estéreis	CBPM	Política de Valorização e Uso de Rejeitos: Incluir a sugestão de que os Planos de Aproveitamento Econômico (PAE) contemplem a prospecção de mercados e tecnologias para o reaproveitamento dos rejeitos e estéreis como insumos (mineral dentro-do-mineral) ou em obras de infraestrutura local, minimizando o volume disposto e agregando valor econômico residual. O RB já incentiva a "valorização de rejeitos" e "uso de tecnologias inovadoras".	Indeferido	OMME agradece a contribuição. Infelizmente o Referencial Básico não pode estabelecer critérios e parâmetros para serem incorporados aos Planos de Aproveitamento Econômico (PAE) e, em tese, esse programa se limita a substância autorizada para aquele regime de extração.
	Esse segmento, presente em diversas regiões do país, possui características próprias e enfrenta desafios distintos, como a informalidade, a vulnerabilidade socioeconômica e a limitada inserção em cadeias produtivas formais.	SEDICS/AL	Licenciamento Ambiental Simplificado e Diferenciado * Estabelecer procedimentos reduzidos para pequenas operações, sem comprometer segurança.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Embora esta pasta reconheça o mérito da proposta, avalia-se que este Referencial Básico não seja o instrumento adequado para estabelecer simplificação de licenciamento ambiental.
Eixo MAPE	Estabelecer políticas públicas para MAPE	Número: CP-1145509 FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Estabelecer políticas públicas para MAPE" deve haver expressa menção ao cumprimento da legislação ambiental e de saúde, especialmente quanto às áreas protegidas, aos recursos hídricos e à saúde da população em qualquer região afetada pela atividade, independentemente da distância entre o local da extração mineral e o impacto verificado. No referencial básico "Reduzir e, se possível, eliminar o uso do mercúrio e cianeto" deve-se retirar o "se possível", pois a eliminação de mercúrio e cianeto é medida urgente e que não deve ser postergada, ante os riscos e impactos socioambientais e de saúde pública reconhecidos nacional e internacionalmente.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. De fato o termo se possível não é bem aceito, porém é o termo previsto na Convenção de Minamata. Quanto ao uso do mercúrio, a redação proposta está alinhada aos compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção de Minamata, não sendo recomendável sua alteração.
Eixo Social	Fortalecer o diálogo com as comunidades afetadas e estimular a sua participação nos processos decisórios	IBRAM	A minuta utiliza expressões como “formação de lideranças locais” e “protagonismo comunitário” , vinculadas a ações de comunicação e participação social conduzidas pelas empresas. Embora bem-intencionado, esse tipo de redação pode ser interpretado como interferência na organização interna das comunidades, contrariando princípios de autonomia e legitimidade. As boas práticas internacionais orientam que empresas devem fortalecer espaços de participação existentes, garantir transparência e acessibilidade, e criar ambientes seguros para o diálogo — sem influenciar a formação de lideranças e sem induzir estruturas paralelas de representatividade. Recomendação: substituir “formação de lideranças locais” por fortalecimento de espaços participativos existentes, preservando autonomia e legitimidade comunitária.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada no Referencial Básico, de modo a não utilizar o termo formação de liderança de forma equivocada.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Social	Desenvolvimento profissional	MMA João Schafaschek	Adicionar novo subtema: Transição justa / Com o seguinte referencial básico: Promover a transição justa no setor mineral para modelos produtivos resilientes ao clima e de baixa emissão de GEE / Atrelado a ele, adicionar três estratégias: 1) Promover a capacitação e a requalificação dos trabalhadores para a transição a novos modelos de produção. 2) Assegurar a participação informada dos trabalhadores e de suas representações nos processos de transição produtiva associados à adaptação climática e à redução de emissões. 3) Garantir que os processos de transição para modelos produtivos resilientes e de baixa emissão preservem os princípios do trabalho digno e decente, evitando a ampliação de vulnerabilidades laborais.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando a relevância das sugestões, as contribuições foram incorporadas ao Referencial Básico.
	Assim, promover o desenvolvimento estruturado da MAPE é essencial para que a genda da mineração responsável seja, de fato, inclusiva e transformadora. A implementação de ações voltadas à capacitação técnica, acesso ao crédito, infraestrutura, segurança operacional, inclusão social e participação ativa das MAPEs contribui para sua formalização progressiva, geração de renda com dignidade e redução de impactos socioambientais. Valorizar a MAPE é ampliar a efetividade do Referencial Básico e garantir que nenhum ator relevante do setor mineral fique à margem do desenvolvimento sustentável.	Instituto Escolhas	Adicionar um Referencial Básico relativo ao combate à ilegalidade Sugerimos que, no tema “Mineração Artesanal e de Pequena Escala - MAPE”, seja incluído o Referencial Básico “Combate à extração ilegal”, reconhecendo que ainda há desafios a serem enfrentados em relação à ilegalidade e que essas operações, além dos impactos ambientais e sociais, geram concorrência desleal às operações legais. É preciso sempre reconhecer esse desafio pontuando as estratégias para enfrentá-lo: Ainda, dentro desse novo Referencial Básico “Combate à extração ilegal”, sugerimos também a inclusão das seguintes estratégias: “Garantir a continuidade das operações de repressão ao crime em áreas afetadas pela extração ilegal, em conjunto com esforços de inteligência voltados à desarticulação de redes criminosas.” “Garantir equipes e operações voltadas ao combate ao trabalho infantil, ao trabalho análogo ao escravo e à violência.” “Estabelecer e publicar as estratégias e metas de coordenação interinstitucional entre os ministérios, a Polícia Federal, o IBAMA, outros órgãos ambientais, a ANM, a Receita Federal e o Banco Central, no combate às ilegalidades.” “Atualizar o marco regulatório para combater o comércio ilegal de minerais e metais, bem como o de insumos ilegais utilizados nas operações.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégia para promoção ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento da ilegalidade na mineração artesanal e em pequena escala, em articulação com estratégias de formalização, rastreabilidade e fortalecimento da governança.
Eixo Governança	Rastreabilidade	CBPM	Rastreabilidade e Origem Sustentável: A rastreabilidade da produção mineral deve ser estendida para garantir a comprovação da origem do material beneficiado, incentivando as empresas a integrarem cadeias de suprimentos que priorizem insumos beneficiados e manufaturados localmente, alinhados com critérios de sustentabilidade e ODS. O RB sugere rastreabilidade e dados abertos.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A partir da sugestão, foi realizado aprimoramento da redação.
Eixo Governança	Práticas de Controle, Gestão e Transparência	AECOM	O subtema “Rastreabilidade” apresenta duas estratégias voltadas , respectivamente, à adoção de sistemas integrados e verificáveis de rastreabilidade da produção mineral e ao desenvolvimento de painéis de dados abertos, de relatórios simplificados e de meios de consulta acessíveis. Trata-se de um avanço relevante para fortalecer a governança, a transparência ativa e a credibilidade das cadeias de produção. Entretanto, a estratégia pode ser ampliada com a inclusão de mecanismos de verificação independentes, nem o escopo e os critérios de rastreabilidade. Dessa forma, sugere-se que sejam adicionadas novas estratégias no subtema: • Definir o escopo de rastreabilidade, contemplando a origem (mina/empreendimento), volume, movimentação, beneficiamento, transporte e destino, com identificação por lote, sempre que tecnicamente aplicável, e com periodicidade definida para a atualização dos registros. • Assegurar verificabilidade independente dos sistemas de rastreabilidade, com critérios e metodologias transparentes e integração aos processos de gestão de riscos, de modo que achados críticos retroalimentem planos de ação, auditorias e a tomada de decisão.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A partir da sugestão, foi realizado aprimoramento da estratégia.
Eixo Governança	Transparência e governança tributária da CFEM	IBRAM	Na página 38, no item: “Fortalecer o controle social sobre a aplicação dos recursos da CFEM.”, tem-se a impressão de que a empresa deve entrar na forma como a comunidade deve atuar junto ao poder público local, podendo gerar conflitos entre empreendimentos e poder público. Sugere-se: “Demonstrar e estimular a comunidade sobre a importância do engajamento social junto ao poder público em relação a aplicação dos recursos da CFEM.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta promoveu melhoria de redação.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Planejamento Estratégico e ordenamento territorial	IBRAM	Planejamento Estratégico e ordenamento territorial/Promover o planejamento estratégico e o ordenamento territorial integrados à mineração/Assegurar que comunidades e partes interessadas participem da construção dos instrumentos de planejamento. Sugere-se substituir o termo "assegurar" por "desenvolver um método para" considerando que podem existir diferentes interpretações sobre o que constitui um nível adequado de participação	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Conforme sugestão, o verbo assegurar será trocado.
Eixo Governança	Assegurar que comunidades e partes interessadas participem da construção dos instrumentos de planejamento e que as manifestações dessas comunidades sejam consideradas na tomada de decisão final.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia " Assegurar que comunidades e partes interessadas participem da construção dos instrumentos de planejamento " deve ser garantida a voz ativa e a internalização das opiniões e reclamações da população afetada e dos povos e comunidades tradicionais.	Parcialmente Deferido	O MME agrade a cointribuição e fez alteração de texto.
Eixo Governança	Assegurar que comunidades e partes interessadas participem da construção dos instrumentos de planejamento e que as manifestações dessas comunidades sejam consideradas na tomada de decisão final.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Tema: Relacionamento Intersetorial e Governamental Na estratégia "Assegurar que comunidades e partes interessadas participem da construção dos instrumentos de planejamento" deve ser garantida a voz ativa e a internalização das opiniões e reclamações da população afetada e dos povos e comunidades tradicionais.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A sugestão foi incorporada neste Referencial Básico.
Eixo Governança	Transparência e integridade na gestão pública	AECOM	No subtema "Transparência e integridade na gestão pública", a estratégia que prevê "manter canais eficazes de denúncia e proteção aos denunciantes" é essencial para consolidar uma cultura de integridade, prevenção à corrupção e responsabilização no setor mineral. Para que tais canais sejam realmente eficazes e confiáveis, sugere-se detalhar as garantias operacionais de proteção, especialmente quanto ao anonimato, à segurança da informação e à prevenção de retaliações, bem como estabelecer procedimentos claros para o tratamento de denúncias e o acompanhamento dos casos. Esse reforço qualifica a implementação e amplia a confiança das partes interessadas. Dessa forma, sugere-se a inserção das seguintes estratégias: • Assegurar mecanismos de denúncia com condição de anonimato, preservando a rigorosa confidencialidade dos dados e metadados (incluindo registros de acesso), por meio de canais seguros (presenciais e digitais), criptografia, controles de perfil e limitação do acesso às informações apenas a equipes designadas e capacitadas. • Estabelecer política explícita de proteção contra a retaliação, contemplando a proibição de atos punitivos ou discriminatórios (demissão, rebaixamento, assédio, alteração indevida de funções ou turnos, suspensão de benefícios), mecanismos de reparação e sanções internas aos responsáveis por retaliações, com canais específicos para que denunciantes reportem qualquer forma de represália e recebam acolhimento, suporte e acompanhamento.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando o mérito da sugestão, o texto foi aprimorado.
Eixo Governança	Transparência e integridade na gestão pública	IBRAM	Sobre a estratégia - Implantar plataformas digitais de dados abertos sobre a atividade mineral: é importante especificar melhor quais dados seriam compartilhados para resguardar dados sigilosos Proposta: É necessário delimitar quais dados são publicos e quais devem ser protegidos, garantindo transparência sem exposição de informações sigilosas, estratégicas ou críticas para a seguranças das operações.	Indeferido	O MME agradece a contribuição, mas esclarece que o "Referencial Básico" serve apenas de referência para as políticas públicas, programas, ações e instrumentos de fomento à mineração responsável, sendo orientador para as ações estatais e indicativo, em caráter não vinculante para as empresas, entidade e demais partes interessadas envolvidas com a atividade minerária, sem prejuízos aos normativos legais existentes, tal qual a LGPD.
Eixo Ambiental	Alinhar a gestão ambiental à estratégia do negócio, promovendo inovação, engajamento de partes interessadas e influência positiva sobre o setor, com foco na transparência, governança e na melhoria dos padrões ambientais de referência.	IBRAM	Sugere-se: "Alinhar a gestão ambiental à estratégia do negócio, promovendo inovação, engajamento de partes interessadas e influência positiva sobre o setor, com foco na transparência, governança e na adoção de padrões ambientais definidos na legislação ambiental e/ou sempre que possível/tecnicamente viável, mais exigentes".	Deferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. A contribuição destaca a importância da integração da gestão ambiental às estratégias institucionais, com ênfase em aspectos relacionados à transparência, governança, inovação, engajamento das partes interessadas e observância dos padrões ambientais aplicáveis. O tema será considerado no contexto das discussões e do aprimoramento contínuo do Referencial Básico da Mineração.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
	iago	IBRAM	Sugere-se linguagem neutra: 'Eventos de grande impacto ambiental ocorridos no setor mineral brasileiro', evitando menção a empresas específicas.	Indeferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. O MME já havia retirado a menção ao nome das empresas. Ademais, tratam-se de eventos internacionalmente conhecidos da população.
Eixo Ambiental	Otimizar o desempenho energético	FABIO TAKESHI ISHISAKI	No referencial básico "Otimizar o desempenho energético" deve-se indicar expressamente e necessidade de aumento no fomento e na utilização de energia renovável.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Governança	Rastreabilidade	AECOM	O subtema "Rastreabilidade" apresenta duas estratégias voltadas, respectivamente, à adoção de sistemas integrados e verificáveis de rastreabilidade da produção mineral e ao desenvolvimento de painéis de dados abertos, de relatórios simplificados e de meios de consulta acessíveis. Trata-se de um avanço relevante para fortalecer a governança, a transparência ativa e a credibilidade das cadeias de produção. Entretanto, a estratégia pode ser ampliada com a inclusão de mecanismos de verificação independentes, nem o escopo e os critérios de rastreabilidade. Dessa forma, sugere-se que sejam adicionadas novas estratégias no subtema: • Definir o escopo de rastreabilidade, contemplando a origem (mina/empreendimento), volume, movimentação, beneficiamento, transporte e destino, com identificação por lote, sempre que tecnicamente aplicável, e com periodicidade definida para a atualização dos registros. • Assegurar verificabilidade independente dos sistemas de rastreabilidade, com critérios e metodologias transparentes e integração aos processos de gestão de riscos, de modo que achados críticos retroalimentem planos de ação, auditorias e a tomada de decisão.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão, no que aplicável, foi considerada neste Referencial Básico.
	Além do Referencial Básico estabelecido para os eixos Ambiental, Social e de Governança, reconhece-se a importância de desenvolver estratégias nacionais específicas para o desenvolvimento estruturado da Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE).	IBRAM	O Referencial apresenta uma ideia de governança participativa, com articulação entre os setores público e privado, apontando estratégias como "formalização" e "capacitação" (p.45). Reforçamos a importância de ter critérios de avaliação ESG para mineração artesanal, com indicadores e métricas de Desempenho dessa Governança Participativa, baseados em normas e diretrizes vigentes sobre o tema, como também aplicação de modelos de boas práticas	Deferido	O MME agradece a contribuição e avalia que a estratégia Desenvolver critérios de avaliação ESG para mineração artesanal e em pequena escala, observado suas peculiaridades e o valor agregado dos produtos minerados, contempla a sugestão.
Eixo Social	Promover comunicação contínua, transparente e participativa com as comunidades e partes interessadas, com estímulo à participação nos processos decisórios.	IBRAM	A redação atual sugere participação direta das comunidades em processos decisórios, o que conflita com marcos legais de competência administrativa. Sugere-se: 'Fortalecer mecanismos de diálogo e engajamento social, respeitando instâncias legais de decisão e governança'.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece-se que o Referencial Básico da Mineração são diretrizes que não se confundem com os marcos legais vigentes, possuindo caráter exclusivamente orientador, não havendo extrapolação normativa.
Eixo Ambiental	Gestão adequada de resíduos sólidos, rejeitos e estéréis	ICMBio Letícia Regina do Amaral	Alinhamento: o referencial prevê cadastro no SIGBM/SNISB/SNIRH; cenários climáticos; monitoramento em tempo real; recuperação progressiva e fechamento de mina (PNRS/PNSB). Propostas: -Vincular a compensação ambiental aos Grupos/Agrupamentos de Similaridade (Bray Curtis ≥50/75%) do PRIM para "semelhante com semelhante" dentro da região hidrográfica do empreendimento. -Incorporar análise custo-benefício que una produção mineral às categorias de compatibilidade (PRIM Seção IV.5), priorizando projetos com maior compatibilidade e menor custo ambiental. -Atrelar monitoramento em tempo real (estabilidade, água, material particulado) a gatilhos operacionais e contingência calibrados por vulnerabilidade (PRIM Seção V), com comunicação comunitária testada.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que o PRIM é uma iniciativa do Governo Federal e com boas práticas para o setor, será incluída nas referências positivas.
	O eixo de governança busca refletir as particularidades e desafios institucionais do setor mineral brasileiro e fortalecer os mecanismos de gestão que asseguram sua credibilidade e sustentabilidade no longo prazo.	SEDICS/AL	Aprimorar a articulação federativa e territorial: - Reforçar papel dos estados na governança do setor mineral, especialmente na integração de dados com Agência Nacional de Mineração (ANM) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).	Indeferido	O MME reconhece o mérito da proposta, contudo este Referencial Básico possui limitação em prever mecanismo para integração entre sistemas de autarquias distintas. Entretanto, foram propostas várias estratégias que visam a integração relacionada a gestão ambiental.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Implementar tecnologias de monitoramento e alerta precoce para prevenir desastres ambientais.	IBRAM	Ponto de atenção: obrigação da gestão pública por meio da Defesa Civil e do empreendedor quando relacionado às estruturas de mineração, como barragens.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que nos termos da PNSB a responsabilidade legal pela segurança da barragem, pelos danos decorrentes de seu rompimento, vazamento ou mau funcionamento e, independentemente da existência de culpa, pela reparação desses danos é do empreendedor .
Eixo Ambiental	Elaborar planos periódicos com análise de vulnerabilidades, definição de medidas prioritárias e alinhamento às políticas públicas.	IBRAM	O texto utiliza termos imperativos ('elaborar planos periódicos', 'divulgar resultados públicos'), criando obrigações não previstas legalmente. Sugere-se transformar em incentivo: 'Estimular boas práticas de planejamento climático e divulgação voluntária de resultados'.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação.
	Referencial Básico e Estratégias para o Eixo Governança	IBRAM	Diversos termos podem gerar interpretações amplas: • "apoliar" políticas públicas; • "garantir" direitos humanos em toda a cadeia; • "formação de lideranças"; • "diversificar a economia local"; • "divulgação completa". As recomendações apresentadas visam: • precisão normativa • proporcionalidade • segurança jurídica • alinhamento internacional	Indeferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. O Referencial tem por objetivo propor diretrizes nacionais para os diversos temas contemplados, indicando estratégias orientadoras. Nesse contexto, o programa associado ao Referencial pode atuar como instrumento de apoio à concretização dessas diretrizes.
Eixo Governança	Mitigar efeitos do aumento da demanda por serviços públicos	IBRAM	A minuta sugere mitigação ampla de impactos sobre saúde, educação, infraestrutura e serviços públicos. Isso pode transferir responsabilidades estatais às empresas. Recomendação: delimitar mitigação a impactos diretos da atividade minerária.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que apoiar iniciativas dos entes não implica em assumir obrigações não previstas, trata-se de ato voluntário.
	Já o sistema TSM <i>Towards Sustainable Mining</i> (TSM), criado pela Associação de Mineração do Canadá (MAC - <i>Mining Association of Canada</i>), apresenta uma abordagem baseada em protocolos temáticos que incluem mudanças climáticas, biodiversidade e relações com comunidades indígenas. Embora não seja um sistema de certificação, exige auditorias externas e tem sido adaptado com sucesso em diversos países, mostrando-se eficaz para empresas que buscam um caminho gradual de melhoria contínua.	MMA João Schafaschek	O governo tem utilizado o termo " mudança do clima " no singular, como na " Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC , instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009" Sugiere: padronizar em todo o documento.	Deferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. Conforme sugestão, todas as menções foram alteradas.
Eixo Ambiental	Engajar partes interessadas e fortalecer a governança da adaptação	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Complementar a estratégia relativa ao referencial básico "Engajar partes interessadas e fortalecer a governança da adaptação" para "estimular e efetivar a participação ativa, bem como internalizar as opiniões e sugestões dos trabalhadores, fornecedores e comunidades direta ou indiretamente afetadas". Além disso, deve-se fortalecer o acesso público e fácil à informação tanto dos investimentos quanto das informações e dados.	Indeferido	O MME agradece a contribuição, e entende que a sugestão já esteja contemplada no Eixo de Governança na parte de transparência e participação social.
Eixo Social	Assegurar que o Estado coordene os processos de consulta prévia, com participação empresarial, conforme diretrizes oficiais, respeitando os modos de vida e as tradições locais.	IBRAM	O texto sugere que empresas devam conduzir diretamente a consulta prévia, o que não reflete a responsabilidade primária do Estado brasileiro. Sugere-se: 'Assegurar que o Estado coordene os processos de consulta prévia, com participação empresarial conforme diretrizes oficiais'.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Avalia-se que o texto, como proposto, reflete a obrigação do Estado em realizar as consultas prévias.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
	Referencial Básico e Estratégias para o Eixo Governança	IBRAM	A partir da página 36, todas as ações propostas na tabela “Diretrizes e Estratégias para o Eixo Governança”, estão muito amplas, podendo gerar obrigações para as empresas e empreendimentos que podem ir muito além de sua área de atuação./Fortalecer a segurança pública com base na corresponsabilidade comunitária, promovendo a escuta ativa, a prevenção e a construção coletiva de soluções. Sugere-se substituir o título da tabela por: “Diretrizes e Estratégias para o Eixo Governança no âmbito da atuação (área de influência de impactos/emissões) do projeto.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. Registra-se a necessidade de alteração do título da tabela, passando de “Referencial Básico” para “Diretrizes Básicas”, incluindo a adequação para “Proposta de Diretrizes Básicas para o eixo de governança”. Ressalta-se, ainda, que a revisão deverá ser aplicada de forma uniforme a todos os títulos correlatos ao longo do documento. O título será ajustado conforme indicado.
Eixo Social	Considerar critérios sociais nos processos de seleção, progressão, contratação e remuneração.	IBRAM	A minuta menciona “critérios sociais” para seleção, promoção e remuneração. Sem detalhamento, isso pode gerar conflitos com CLT, governança interna, acordos sindicais e princípios de não discriminação. Padrões internacionais reforçam que: • processos seletivos devem ser objetivos, técnicos e baseados em mérito; • inclusão e diversidade são desejáveis, mas não devem violar critérios técnicos; • políticas de remuneração são estabelecidas pela governança corporativa. Recomendação: substituir por “assegurar igualdade de oportunidades com base em critérios objetivos e não discriminatórios, favorecendo diversidade e inclusão.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Apesar de entender a lógica de contratação baseada na meritocracia, avalia-se como fundamental o estímulo a diversidade e equidade no mundo corporativo, o que não poder ser considerado antagonismo a valorização das competências, habilidades, formação e experiência.
Eixo Social	Adotar sistemas de monitoramento para identificar riscos e irregularidades na cadeia de suprimentos quanto aos direitos humanos.	IBRAM	Sugerimos ter maior detalhamento operacional que inclua: -Critérios e requisitos mínimos para fornecedores e parceiros (ex.: cláusulas contratuais sobre direitos humanos, códigos de conduta); -Processos de engajamento e capacitação (ex.: treinamentos, workshops, materiais de orientação); -Mecanismos de monitoramento e auditoria (ex.: checklists, auditorias sociais, indicadores de conformidade); Referências a boas práticas nacionais e internacionais.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que a proposta vai ao encontro das estratégias já estabelecidas no Referencial Básico, que podem e devem ser extendidas às empresas parceiras e colaboradoras (cadeia de valor).
Eixo Social	Respeito aos direitos humanos	IBRAM	A minuta recomenda “garantir respeito integral aos direitos humanos em toda a cadeia de valor”. Responsabilidades ilimitadas sobre fornecedores indiretos, remotos ou sem relação contratual direta não são exigidas por normas internacionais. Recomendação: adotar redação como “realizar devida diligência de direitos humanos proporcional aos riscos materiais, com engajamento progressivo junto à cadeia de fornecedores.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada ao Referencial Básico.
Eixo Governança	Auditorias internas e externas	AECOM	Sugere a inserção e alteração: • Assegurar que as auditorias internas tenham autonomia funcional, independência na condução de seus trabalhos e acesso direto à alta gestão ou às instâncias de governança, de modo a avaliar continuamente a aderência das práticas organizacionais à estratégia e à gestão de riscos, fortalecendo os controles internos, a integridade institucional e a melhoria contínua. Também se sugere a alteração do texto específico às auditorias externas. • De: Realizar auditorias externas independentes com credibilidade técnica. • Para: Realizar auditorias externas por entidades independentes e tecnicamente qualificadas, com critérios, escopo e metodologias transparentes, assegurando credibilidade técnica, imparcialidade na verificação e confiança das partes interessadas.	Deferido	O MME agradece a contribuição e informa que foram inseridas como boas práticas a realização de auditorias externas independentes.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Estrutura institucional articulada e eficiente	Instituto Escolhas	Sugerimos adaptar o texto das estratégias sob o subtema “Estrutura institucional articulada e eficiente” para: “Estabelecer e dar publicidade às instâncias permanentes de coordenação intergovernamental, com informações sobre datas de reuniões, deliberações, atas e metas estabelecidas, garantindo maior coordenação entre os ministérios e interoperabilidade entre ANM, IBAMA, outros órgãos ambientais, a Receita Federal e o Banco Central.”	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando o mérito da sugestão, o texto foi aprimorado.
Eixo Governança	Transparência e integridade na gestão pública	IBRAM	Transparência e integridade na gestão pública/Estabelecer mecanismos permanentes de transparência, integridade e participação social na gestão pública da mineração/Implantar plataformas digitais de dados abertos sobre a atividade mineral. Sugere-se substituir o termo "implantar" por "estabelecer" , considerando que a forma final precisa ser explorada com representação da indústria.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada neste Referencial Básico.
Eixo Social	Promover capacitação, bem-estar [DOS TRABALHADORES] e <u>progressão de carreiras dos trabalhadores</u>	IBRAM	A sugestão de “planos de carreira atrativos e competitivos” aproxima-se de modelos de emprego público. No setor privado, estruturas de carreira são definidas internamente pelas empresas e podem variar conforme porte, mercado e governança. Boas práticas priorizam: • mérito, desempenho e mérito técnico; • não discriminação; • alinhamento à governança corporativa. Recomendação: “desenvolver estruturas de desenvolvimento profissional alinhadas à governança corporativa e mérito individual.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Apesar de entender a lógica de contratação baseada na meritocracia, avalia-se como fundamental o estímulo a diversidade e equidade no mundo corporativo, o que não poder ser considerado antagonismo a valorização das competências, habilidades, formação e experiência.
Eixo Social	Fortalecer sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	MMA João Schafaschek	Adicionar nova estratégia: * Fortalecer a cultura de saúde e segurança operacional diante do agravamento da mudança do clima, reduzindo os riscos associados a altas temperaturas, inundações, chuvas fortes, deslizamentos de terra, entre outros.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada no Referencial Básico.
Eixo Governança	Estabelecer parcerias com governos locais, ONGs ou organizações internacionais para promoção da estabilidade, resolução de conflitos locais e garantia da prevenção à violação de direitos humanos.	IBRAM	A redação sugere capacitação universal e parcerias obrigatórias com ONGs para mediação. Isso pode gerar obrigações financeiras e práticas pouco eficientes. Padrões como IRMA e IFC recomendam: • capacitação apenas para equipes com interface direta; • mediação externa apenas quando necessária; • proporcionalidade para evitar custos excessivos. Recomendação: “capacitar equipes com interface direta com comunidades e utilizar mediadores independentes quando pertinente e proporcional.”	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo tanto para o setor público quanto privado, não se configurando portanto como ato normativo.
Eixo Governança	Gestão de riscos do negócio	IBRAM	Sugerimos incluir referências sobre modelos de matriz de risco/impacto social, como: Frameworks que considerem probabilidade, severidade e vulnerabilidade das comunidades; -Indicadores e metodologias para mensuração de impactos sociais, alinhados a padrões reconhecidos (ex.: IFC, ISO 26000), garantindo comparabilidade e transparência; -Exemplos práticos de aplicação dessas matrizes e indicadores para facilitar a implementação. Isso contribuirá para maior robustez na análise e gestão dos riscos e impactos sociais, além de permitir monitoramento contínuo e tomada de decisão baseada em evidências.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que o intuito do Referencial Básico é estimular boas práticas, sem com isso estabelecer metodologia, critérios ou padrões.
Eixo Governança	Apoiar governos locais na elaboração de projetos visando a busca de investimentos públicos estaduais e federais.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Apoiar governos locais na elaboração de projetos visando a busca de investimentos públicos estaduais e federais" sugere-se a mudança de redação para "visando o apoio financeiro logístico e financeiro pelos impactos da atividade minerária e a busca por investimentos, tanto privados quanto públicos estaduais e federais"	Deferido	O MME agradece a contribuição e realizou uma melhoria de texto.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Social	Assegurar que o Estado coordene os processos de consulta prévia, com participação empresarial, conforme diretrizes oficiais, respeitando os modos de vida e as tradições locais.	FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Assegurar que o Estado coordene os processos de consulta prévia, com participação empresarial, conforme diretrizes oficiais, respeitando os modos de vida e as tradições locais" deve constar a "consulta livre, prévia e informada aos povos e comunidades tradicionais".	Deferido	O MME agradece a contribuição. Foi inserida a Estratégia: Assegurar que o Estado coordene os processos de consulta prévia, com participação empresarial, conforme diretrizes oficiais, respeitando os modos de vida e as tradições locais.
Eixo Social	Direitos Humanos	Instituto Escolhas	Inclusão de estratégia que mencione a Convenção 169 da OIT Dentro do tema “Direitos Humanos”, incluir um subtema ou uma estratégia dentro dos subtemas existentes que faça referência expressa ao cumprimento da Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT) que garante consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas antes de ações que afetem seus direitos: “Garantir consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, conforme as disposições da Convenção 169 da OIT.”	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi incorporada ao Referencial Básico.
Eixo Social	Direitos Humanos	AECOM	O tema Direitos Humanos ocupa posição central no eixo social, dividido em 3 subtemas. Ele estabelece o reconhecimento desses direitos como fundamento da tomada de decisões e das operações do setor mineral. Esse tema abrange a adoção de processos de due diligence e políticas institucionais em direitos humanos, a promoção de condições de trabalho dignas e decentes, o estabelecimento de sistemas de monitoramento de riscos e irregularidades, a prevenção e o combate ao trabalho forçado e infantil, bem como a responsabilização ao longo da cadeia de valor. As estratégias propostas ao concentrar-se na “influência” sobre parceiros comerciais adotam um caráter predominantemente declaratório, o que pode resultar em adesões formais sem efetiva internalização dos princípios de direitos humanos na cadeia de valor. Levando em consideração os riscos de violações associadas a fornecedores e terceirizados, é recomendável avançar para uma abordagem mais proativa, de modo a proporcionar a aplicação desses princípios ao longo da cadeia de valor do setor mineral. Dessa forma, sugere-se que a seguinte estratégia seja alterada: • De: Influenciar a adoção de princípios de direitos humanos por parceiros comerciais, garantindo a presença desses princípios em toda a cadeia de valor do setor mineral. • Para: Promover a adoção de princípios de direitos humanos por parceiros comerciais, por meio de políticas formais e diretrizes claras, visando assegurar a presença e aplicação dos princípios de direitos humanos em toda a cadeia de valor do setor mineral.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada no Referencial Básico.
Eixo Social	Diálogo e engajamento social	AECOM	O subtema Diálogo e engajamento social orienta-se pelo fortalecimento de processos estruturados de interação entre empreendimentos minerários, comunidades afetadas e governos locais, com foco na participação social, na transparência e na legitimidade das decisões. As estratégias propostas buscam proporcionar escuta ativa, processos colaborativos de construção de soluções, prevenção e gestão de conflitos e respeito aos modos de vida e às tradições locais, por meio de mecanismos formais de consulta, canais de queixas acessíveis e planos de engajamento com retorno claro às comunidades. Apesar disso, observa-se a possibilidade de inclusão de diretrizes estratégicas voltadas especificamente para uma comunicação mais inclusiva e acessível, bem como para ações direcionadas de suporte técnico que visem assegurar a participação de comunidades marginalizadas e grupos em situação de vulnerabilidade nos processos comunicativos. Para tanto, é essencial adequar linguagens, formatos e canais de comunicação aos contextos socioculturais e aos diferentes níveis de letramento das populações afetadas. Além disso, propõe-se a adoção de estratégias que proporcionem às comunidades acesso ao apoio técnico independente, quando necessário, de modo a qualificar a compreensão das informações, reduzir assimetrias de poder e fortalecer a participação efetiva nos processos decisórios. Dessa forma, sugere-se que sejam adicionadas as seguintes estratégias no subtema em questão: • Promover processos de comunicação inclusivos, acessíveis e culturalmente adequados, considerando as especificidades socioculturais das comunidades afetadas, com atenção especial a grupos marginalizados. • Disponibilizar apoio técnico independente às comunidades, sempre que necessário, para subsidiar a compreensão das informações técnicas, reduzir assimetrias de informação e fortalecer a participação nos processos decisórios.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada no Referencial Básico.
Eixo Social	Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial	AECOM	O primeiro subtema, “ Relacionamento e comunicação com a comunidade ”, apresenta dois Referenciais Básicos: “Engajar e capacitar comunidades de forma contínua e participativa” e “Integrar o desenvolvimento local à estratégia de atuação no setor mineral”. As estratégias propostas priorizam a comunicação permanente e transparente, o fortalecimento de lideranças locais e o estímulo à participação social nos processos decisórios. Também enfatizam os arranjos produtivos locais, a contratação de mão de obra e fornecedores da região e investimentos sociais alinhados às necessidades do território. Entretanto, essas estratégias permanecem majoritariamente no campo da participação consultiva, sem distinção clara entre informar, consultar ou compartilhar decisões, dificultando o entendimento quanto ao grau de influência que as comunidades devem possuir nos processos estratégicos. Outro ponto relevante é que, embora se mencione comunicação contínua, o engajamento comunitário não está vinculado a mecanismos específicos, como acordos formais ou compromissos socioambientais. Em relação às estratégias de apoio ao desenvolvimento local, as ações propostas apresentam caráter de curto prazo. Verifica-se a possibilidade de estabelecer diretrizes claras para estratégias de longo prazo que visam reduzir a dependência econômica da mineração, assim como preparar o território para uma nova dinâmica econômica após o ciclo de extração e processamento mineral. Dessa forma, sugere-se que sejam adicionadas as seguintes estratégias no subtema em questão: • Vincular o engajamento comunitário a instrumentos formais de planejamento, tomada de decisão e monitoramento socioambiental. • Fomentar compromissos por meio de acordos, planos ou instrumentos socioambientais pactuados com as comunidades afetadas. • Articular as ações de desenvolvimento local às políticas públicas existentes e estruturar programas de diversificação econômica de longo prazo nos territórios.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi parcialmente incorporada ao Referencial Básico. Avalia-se que a Estratégia: Apoiar as estratégias territoriais de desenvolvimento que incluam a diversidade econômica, o pós mineração e a resiliência das regiões minerárias, contemple parte da sugestão.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Promoção da Educação Ambiental	CLAUDIMILA COSTA MOURA	Considerações da Gerência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás. As estratégias propostas para a promoção da educação ambiental, conforme apresentadas no referencial básico, demonstram alinhamento inicial com ações de mitigação de impactos e sensibilização socioambiental. Entretanto, observa-se que a abordagem permanece predominantemente pontual e informativa, com forte concentração em palestras, campanhas e atividades isoladas, o que limita a efetividade, a continuidade e o potencial transformador das ações educativas. Consta-se a ausência de um programa estruturado de educação ambiental, integrado à gestão ambiental do empreendimento e ao território, bem como a inexistência de metas, indicadores e instrumentos de monitoramento e avaliação que permitam aferir a efetividade das ações e a percepção das comunidades da área de influência. Recomenda-se que as estratégias de promoção da educação ambiental avancem para abordagens estruturadas, contínuas e territorializadas, superando práticas exclusivamente expositivas. As ações devem incorporar metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias pedagógicas inovadoras, vinculadas às especificidades socioambientais, culturais e econômicas da área de influência do empreendimento, de modo a fortalecer a participação social, o engajamento comunitário e a corresponsabilização dos atores envolvidos. O apoio financeiro e/ou institucional a projetos socioambientais deve estar associado a estratégias claras de mobilização social, comunicação e transparência, assegurando a compreensão, pela coletividade, dos objetivos, resultados e benefícios dessas iniciativas.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que o Referencial Básico já contempla estratégias de apoio e engajamento social.
	Referencial Básico e Estratégias para o Eixo Governança	IBRAM	Lacunas Estruturantes Identificadas Além dos pontos já abordados, foram identificadas três lacunas fundamentais que merecem inclusão no Referencial. Constituição de Impacto Social e Econômico Padrões internacionais convergem para a definição: Impacto social e econômico é qualquer mudança mensurável, positiva ou negativa, direta ou materialmente atribuível à atividade da empresa, considerando proporcionalidade e relação causal. Diretrizes Gerais para Deslocamentos e Reassentamentos Mesmo que não usuais, deslocamentos devem seguir princípios mínimos de: • evitar quando possível; • buscar solução negociada; • garantir participação informada; • recompor padrões de vida; • proteger grupos vulneráveis; • atuar com proporcionalidade. Indicadores Universais de Sustentabilidade Mineral Sugere-se um núcleo mínimo: a) Território e Comunidade: mão de obra local; fornecedores locais; manifestações; percepção social; investimento social. b) Direitos Humanos: casos confirmados; riscos; due diligence; vulneráveis. c) Socioeconômico: deslocamentos; mitigação de impactos; reposição de meios de vida. d) Ambiental com interface social: ruído; poeira; vibração; queixas; mitigação. e) Governança: canais de diálogo; prazos (ISO 10002); transparência não sensível.	Indeferido	O MME agradece a contribuição apresentada. Esta pasta avalia o mérito da proposta, que muito vai ao encontro da Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), a qual estabelece diretrizes específicas aplicáveis à matéria. Nesse sentido, considerando que este Referencial não substitui preceitos e normas legais entende-se que aprimoramentos futuros podem pormenorizar os princípios sugeridos.
Eixo Governança	Segurança de áreas e estruturas de disposição	AECOM	O contribuinte sugere a alteração da seguinte estratégia: • De: Estimular o desenvolvimento de mecanismos de autoavaliação, auditoria independente e prestação de contas. • Para: Implantar e manter mecanismos de autoavaliação e de auditoria externa independente, acompanhados de prestação de contas, com escopo, critérios e periodicidade definidos, assegurando a divulgação transparente dos resultados não sigilosos e o acompanhamento dos planos de ação até a correção efetiva das não conformidades. Também se sugere a inserção de uma nova estratégia: • Instituir governança dedicada (comitê técnico) com mandato, responsabilidades, prazos e recursos para acompanhar recomendações, realizar follow-up periódico e reportar à alta administração e às instâncias de governança até o encerramento das ações, incluindo a verificação da eficácia das medidas adotadas e o registro público dos avanços não sigilosos.	Deferido	O MME agradece a contribuição e informa que foram inseridas como boas práticas a realização de auditorias independentes.
	O eixo de governança busca refletir as particularidades e desafios institucionais do setor mineral brasileiro e fortalecer os mecanismos de gestão que asseguram sua credibilidade e sustentabilidade no longo prazo.	IBRAM	Sugere: que seja feita menção explícita aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (Voluntary Principles on Security and Human Rights - https://www.voluntaryprinciples.org/), reconhecidos internacionalmente como referência para gestão de segurança em alinhamento com direitos humanos. Seria importante também ter boas práticas como o treinamento de equipes de segurança, gestão de riscos / impactos sociais relacionados à Segurança, mecanismos de monitoramento, protocolos de intenção entre segurança pública e segurança privada e ou patrimonial.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi inserida no Referencial Básico.
Eixo Ambiental	Monitorar em tempo real a estabilidade das estruturas, qualidade da água e emissões.	IBRAM	Ponto de atenção: Monitoramento em tempo real da qualidade das águas e emissões. Estruturas em locais remotos e de difícil acesso/sinal podem inviabilizar o atendimento.	Deferido	O MME agradece a contribuição. Para melhor compreensão e para melhoria da proposição a expressão "monitorar em tempo real" será trocado por "monitorar de forma periódica e permanente".

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa	IBRAM	No item: "Desenvolver projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas nos territórios", existe um risco (que já se materializa atualmente) das mineradoras não conseguirem áreas para reflorestar em função da das restrições trazidas pela própria legislação vinculada a compensação ambiental (respeitar critérios de bacia hidrográfica, similaridade ecológica, fitofisionomia a ser compensada, regularização fundiária, etc) além de dificuldade de autorização para plantio e conservação em áreas de terceiros, que restringiria a utilização somente da propriedade da empresa, onde a atividade minerária é executada e muitas vezes não há espaço para reflorestamento e/ou recuperação de áreas antes da exaustão da mina. Sugere-se: Visando manter a viabilidade dos projetos de reflorestamento e/ou recuperação/compensação ambiental, mesmo antes do término/exaustão da mina, sugere-se modificar a estratégia para: "Desenvolver projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas atendendo os critérios da legislação vigente e, sempre que possível, nos territórios onde se situa o empreendimento".	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que as ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas não se confundem com as ações de compensação florestal, possuindo naturezas, finalidades e fundamentos distintos no âmbito da legislação ambiental aplicável.
	Referencial Básico e Estratégias para o Eixo Governança	IBRAM	Pontos Críticos Adicionais Relevantes ao Setor Mineral A minuta apresenta lacunas conceituais e riscos interpretativos adicionais que merecem destaque. Diferença entre Responsabilidade Social e Responsabilidade Pública É necessário explicitar que empresas mitigam impactos diretos, enquanto políticas públicas são responsabilidade do Estado. Participação Social x Representatividade Formal Participação não confere poder deliberativo. Consulta não implica veto, coautoria ou negociação obrigatória. Ausência de Definição de Vulnerabilidade Recomenda-se adotar critérios objetivos (IFC PSI/PS5). Diretrizes de Informação Prévia Deve-se divulgar riscos relevantes à comunidade, não dados sensíveis ou estratégicos. Consulta x Negociação Consulta é diálogo, não barganha. Transição Justa O tema é globalmente relevante e merece inclusão. Saturação Territorial Incluir conceito de capacidade receptora e impactos cumulativos. Gestão de Expectativas É essencial para prevenir dependência e frustrações. Responsabilidade Compartilhada Territórios são multicausais; empresas não podem ser responsáveis por falhas estruturais públicas. Materialidade e Proporcionalidade Todos os compromissos devem considerar risco, materialidade e relação causal.	Indeferido	O MME agradece a manifestação encaminhada. O documento possui caráter referencial e não específico. Embora os conceitos e abordagens sugeridos sejam reconhecidos como relevantes, não se mostram aderentes ao escopo da presente proposta. Contudo, o MME reconhece que no caso de futuras revisões novas estratégias poderão ser adotadas.
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO Fabrício de Campos	SUBTEMA 2 – Regularização e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Referencial Básico: Assegurar a regularização hídrica de todas as estruturas e atividades minerárias sujeitas à alteração do regime, quantidade ou qualidade da água. Estratégias Ampliadas: • Obter e manter válidas todas as outorgas: captação, derivação, barramentos, lançamento de efluentes, rebaixamento de aquíferos quando aplicável. • Assegurar interoperabilidade entre informações de outorga, SIGBM, SNISB e SNIRH, garantindo rastreabilidade e integração das políticas públicas. • Integrar informações de outorga ao planejamento hidrogeológico e operacional da mina. • Promover revisões periódicas das demandas outorgadas conforme avanço da lava, fechamento de mina e eventos hidrológicos extremos. • Atentar rigorosamente aos prazos de vigência e renovação das outorgas. Mapeamento dos Usos Hídricos do Entorno Inclui-se orientação para que o empreendimento mapeie: • demandas hídricas de residências urbanas e rurais, comunidades tradicionais, povos originários, produtores rurais e demais usuários; • volumes captados, usos outorgados e não outorgados; • situação de disponibilidade hídrica local. Esse mapeamento subsidiará a avaliação dos impactos e do grau de afetação do empreendimento sobre os demais usuários e sobre a bacia. Integração socioeconômica com recursos hídricos O diagnóstico socioeconômico deve incorporar todos os usos da água existentes, incluindo usos dispensados de outorga, garantindo abordagem integral e induzindo ações de regularização para usuários vulneráveis quando pertinente.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição. Considerando a relevância da temática e a pertinência da sugestão, as estratégias serão aprimoradas de modo a incorporar, no que for possível, as propostas apresentadas.
Eixo Ambiental	Recursos Hídricos	SEMAD/GO	SUBTEMA 4 – Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos Referencial Básico: Cumprir integralmente as obrigações relacionadas à cobrança pelo uso da água, incorporando tais valores à gestão econômica do empreendimento e estimulando eficiência hídrica. Estratégias Ampliadas: • Registrar com precisão volumes captados e efluentes lançados, garantindo conformidade entre outorga e cobrança. • Integrar custos da cobrança ao planejamento econômico-financeiro, adotando práticas de eficiência e reuso. • Participar dos Comitês de Bacia hidrográfica, com representantes permanentes para acompanhar mecanismos de cobrança e uso dos recursos arrecadados. • Adotar indicadores de custo hídrico por unidade produzida, com metas de redução progressiva. Conformidade com a Outorga Recomenda-se fortalecer o documento estabelecendo que a cobrança pelo uso da água deve ser compatível com os volumes outorgados, cabendo ao empreendedor: • garantir confiabilidade das medições; • ajustar volumes captados aos limites outorgados; • cumprir condições e restrições impostas pelos órgãos gestores.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Não se aplica, tendo em vista que o Referencial Básico parte da premissa de atendimento à legislação e possui natureza orientadora, voltada à promoção de boas práticas, e não à definição de requisitos de conformidade regulatória.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Elaborar políticas internas, programas de monitoramento contínuo, planos de mitigação e recuperação de áreas degradadas.	IBRAM	Recomendação: O monitoramento ambiental deve ser realizado em conformidade com periodicidade definida em estudos ambientais e aprovadas pelo órgão ambiental. Para monitoramento contínuo é necessário o desenvolvimento de tecnologia, temos desafios de infraestrutura no Brasil (telemetria) grande parte dos pontos de monitoramento da mineração são em áreas remotas	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
	Assim, promover o desenvolvimento estruturado da MAPE é essencial para que a agenda da mineração responsável seja, de fato, inclusiva e transformadora. A implementação de ações voltadas à capacitação técnica, acesso ao crédito, infraestrutura, segurança operacional, inclusão social e participação ativa das MAPEs contribui para sua formalização progressiva, geração de renda com dignidade e redução de impactos socioambientais. Valorizar a MAPE é ampliar a efetividade do Referencial Básico e garantir que nenhum ator relevante do setor mineral fique à margem do desenvolvimento sustentável.	Instituto Escolhas	Estabelecer meta para a eliminação do mercúrio para possibilitar uma verdadeira transição tecnológica. Apesar de ser historicamente e amplamente utilizado pela MAPE, o mercúrio, por seu caráter altamente tóxico, não é compatível com a estrutura operacional da MAPE. Por isso, e considerando os casos já documentados de contaminação humana e o compromisso assumido pelo Brasil no âmbito da Convenção de Minamata, é fundamental que o país estabeleça uma meta de eliminação do mercúrio na MAPE, se está verdadeiramente comprometido com uma transição. Assim, sugerimos ajustar a estratégia relativa ao uso de mercúrio para que ela tenha uma meta clara, sem a qual nenhum esforço de transição será efetivamente possível. Sem metas, não há, de fato, esforço concreto. Sugerimos adaptar o texto para: "Eliminar progressivamente a emissão, liberação e exposição de mercúrio e clareto nas operações com a substituição por tecnologias sustentáveis e economicamente viáveis até 2030". Ainda, sugerimos adicionar as seguintes estratégias que visam apoiar uma transição para tecnologias livres de mercúrio: "Estabelecer um programa de recolhimento e destinação do mercúrio ainda presente nas operações da MAPE." "Estabelecer um programa de capacitação voltado à aplicação de tecnologias alternativas ao mercúrio na extração de ouro, com cronogramas e metas." "Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias alternativas ao mercúrio para a extração de ouro." "Atualizar o marco regulatório para estabelecer um prazo para a erradicação do mercúrio na mineração e, consequentemente, um programa de transição tecnológica."	Deferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que este Referencial já prevê estratégias para substituição do mercúrio no garimpo de ouro, assim como estímulo a linhas de crédito e a capacitação. Destaca-se que o Plano de Ação Nacional para a MAPE de ouro, em elaboração no âmbito da Convenção de Minamata, constitui o foro apropriado para o tratamento dessas propostas, com participação assegurada em consulta pública.
Eixo Governança	Avaliação ESG e Instrumentos de Financiamento Sustentável	AECOM	No subtema "Transparência Avaliação ESG e Instrumentos de Financiamento Sustentável", as estratégias atuais reconhecem a importância de fomentar critérios ESG e mecanismos de finanças sustentáveis, mas não mencionam explicitamente a publicação periódica de indicadores ESG e de resultados financeiros relacionados. Sanar essa lacuna busca fomentar a transparência ativa, a comparabilidade e a credibilidade das práticas de sustentabilidade, além de possibilitar o acesso a mercados e financiamentos que exigem evidências verificáveis. Assim, sugere-se a inserção da seguinte estratégia: • Incentivar a transparência ativa por meio da publicação periódica de indicadores ESG e de resultados financeiros relacionados em relatórios acessíveis e em painéis digitais, com metodologias claras, padrões reconhecidos (ex.: IRMA, ICMM, GISMT) e verificação independente, assegurando a comparabilidade e a credibilidade junto às partes interessadas e aos mercados.	Deferido	O MME agradece a contribuição. A sua sugestão foi considerada neste Referencial Básico.
Eixo Governança	Manter canais eficazes de denúncia e proteção a denunciantes.	IBRAM	Na página 39, tem-se um item que pugna pelo estabelecimento de canais de diálogo contínuo entre órgãos reguladores, empresas, governos locais, organizações da sociedade civil e demais partes interessadas. Sugere-se retirar considerando que as empresas já fazem isso (canais de diálogo com toda a sociedade).	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que o texto está adequado, considerando que o Referencial Básico se aplica ao setor privado e público.
Eixo Governança	Fortalecer a articulação entre os entes federativos e os órgãos públicos responsáveis pela governança mineral	IBRAM	Na página 38, em relação ao item: "Estabelecer instâncias permanentes de coordenação intergovernamental." , tem-se o entendimento de que a empresa deve entrar na competência dos entes federativos para estabelecer instâncias de cooperação entre os mesmos. Sugere-se: "Demonstrar a importância e estimular nas relações institucionais com entes públicos a formação de instâncias permanentes de coordenação intergovernamental."	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que o texto seja pertinente considerando que o Referencial Básico se aplica ao setor privado e público.
	Referencial Básico e Estratégias para o Eixo Ambiental	IBRAM	A partir da página 18, todas as ações propostas na tabela "Diretrizes e Estratégias para o Eixo Ambiental", estão muito amplas, podendo gerar obrigações para as empresas e empreendimentos que podem ir muito além de sua área de atuação. Sugere-se substituir o título da tabela por: "Diretrizes e Estratégias para o Eixo Ambiental no âmbito da atuação (área de influência de impactos/emissões) do projeto."	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Governança	Estabelecer mecanismos permanentes de transparência, integridade e participação social na gestão pública da mineração	IBRAM	Na página 38, todas as estratégias vinculadas a este item são de competência dos entes federativos e os textos expostos trazem a interpretação de que a empresa deve entrar na competência dos referidos entes na publicação e transparência dos dados. Sugere-se que todos os textos das estratégias sejam iniciados por: "Demonstrar a importância e estimular/apoiar os entes federativos a ..."	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta avalia que o texto está adequado, considerando que o Referencial Básico se aplica ao setor privado e público.
Eixo Ambiental	Incorporar cenários de mudanças climáticas e eventos extremos no planejamento de longo prazo, visando a resiliência das estruturas.	MMA João Schafaschek	Incorporar cenários de mudança do clima e eventos extremos no planejamento de curto, médio e longo prazo, visando à resiliência das estruturas e operações.	Deferido	O MME agradece a contribuição, a sugestão foi incluída no Referencial.
Eixo Ambiental	Elaborar planos periódicos com análise de vulnerabilidades, definição de medidas prioritárias e alinhamento às políticas públicas.	MMA João Schafaschek	Elaborar e implementar planos periódicos baseados em avaliação de vulnerabilidades e riscos climáticos, com priorização de medidas adaptativas e alinhamento às políticas públicas e aos instrumentos nacionais e subnacionais de adaptação.	Deferido	O MME agradece a contribuição, a sugestão foi incluída no Referencial.
Programa Nacional da Mineração Sustentável	PROGRAMA NACIONAL DA MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL	IBRAM	Reforça coerência do capítulo com a agenda global Proposta: Evita duplicidade de auditorias e obrigações. O texto indica obrigatoriedade, faltando clareza sobre caráter voluntário Proposta: Propor explicitar: guia? requisito regulatório? documento para financiamentos?	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico para uma mineração sustentável possui o caráter voluntário, indutor e de incentivo para o setor público e privado, não constituindo por si só como uma obrigação. Ademais, no caso das auditorias, elas são sempre voluntárias.
Eixo Ambiental	Mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa	ICMBio Letícia Regina do Amaral	• Alinhamento: o Referencial estabelece metas e sistemas de gestão de energia. Propostas: ·Vincular metas de descarbonização a indicadores de co-benefício ecológico (ex.: redução de pegada territorial em áreas de alta sensibilidade; preservação de conectividade). (PRIM Seção III	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que o PRIM é uma iniciativa do Governo Federal e com boas práticas para o setor, será incluída nas referências positivas.
	Como mencionado, o Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável foi concebido com o objetivo de estabelecer parâmetros orientadores para a promoção de uma atividade minerária sustentável e alinhada às expectativas sociais, ambientais e de governança contemporâneas. Ele adota um olhar abrangente, voltado tanto para o setor público quanto para o privado, de forma que os temas aqui apresentados devem ser interpretados em suas devidas proporções, especificidades e aplicados aos diferentes contextos.	PGE/AM	a) Adequação das diretrizes à realidade da mineração no Estado do Amazonas As diretrizes do Referencial mostram-se adequadas à realidade minerária do Amazonas, ao contemplarem mineração em territórios sensíveis, proteção da biodiversidade, gestão de recursos hídricos, combate ao uso de mercúrio e formalização da mineração artesanal e de pequena escala (MAPE), elementos centrais para o contexto amazônico.	Agradecer	O MME agradece a manifestação e fica feliz que a realidade do Amazonas esteja contemplada neste Referencial Básico.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
	Como mencionado, o Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável foi concebido com o objetivo de estabelecer parâmetros orientadores para a promoção de uma atividade minerária sustentável e alinhada às expectativas sociais, ambientais e de governança contemporâneas. Ele adota um olhar abrangente, voltado tanto para o setor público quanto para o privado, de forma que os temas aqui apresentados devem ser interpretados em suas devidas proporções, especificidades e aplicados aos diferentes contextos.	PGE/AM	b) Compatibilidade com as políticas estaduais de energia, mineração e desenvolvimento sustentável O documento é compatível com as políticas estaduais coordenadas pela SEMIG, pois reforça a mineração responsável, integra ambiente, social e governança (ESG), dialoga com a agenda estadual de desenvolvimento sustentável e converge com a diretriz de conciliar segurança energética, uso de recursos minerais e proteção ambiental.	Agradecer	O MME agradece a manifestação e fica feliz com o fato do Amazonas estar incorporando aspectos ambientais na sua política mineral.
	Como mencionado, o Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável foi concebido com o objetivo de estabelecer parâmetros orientadores para a promoção de uma atividade minerária sustentável e alinhada às expectativas sociais, ambientais e de governança contemporâneas. Ele adota um olhar abrangente, voltado tanto para o setor público quanto para o privado, de forma que os temas aqui apresentados devem ser interpretados em suas devidas proporções, especificidades e aplicados aos diferentes contextos.	PGE/AM	c) Aspectos específicos relacionados à mineração de minerais estratégicos e críticos para a transição energética O Referencial reconhece que a transição energética depende de minerais estratégicos e críticos, o que é particularmente relevante para o Amazonas, que detém potencial em diversas substâncias. As diretrizes apontam para produção sustentável, agregação de valor e alinhamento aos compromissos internacionais, permitindo que o Estado participe de forma competitiva e ambientalmente responsável dessa cadeia.	Agradecer	O MME agradece a manifestação e fica feliz com o fato do Amazonas estar atento a transição energética.
	Como mencionado, o Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável foi concebido com o objetivo de estabelecer parâmetros orientadores para a promoção de uma atividade minerária sustentável e alinhada às expectativas sociais, ambientais e de governança contemporâneas. Ele adota um olhar abrangente, voltado tanto para o setor público quanto para o privado, de forma que os temas aqui apresentados devem ser interpretados em suas devidas proporções, especificidades e aplicados aos diferentes contextos.	PGE/AM	d) Impactos potenciais na governança mineral estadual e nas relações federativas A implementação do Referencial tende a fortalecer a governança mineral estadual, ao estimular transparência, padronização de boas práticas, integração de informações e cooperação entre União, estados e municípios. O futuro Programa Nacional da Mineração Sustentável, previsto no documento, configura um espaço importante para participação dos estados na coordenação federativa do setor.	Agradecer	O MME agradece a manifestação e reconhece a importância da participação dos outros entes federativos na construção de uma mineração responsável e sustentável.
Eixo Ambiental	Identificar riscos climáticos e integrar a adaptação ao planejamento estratégico	MMA João Schafaschek	Adicionar estratégia: Considerar as comunidades do entorno na identificação de riscos climáticos e nas medidas adaptativas, incorporando princípios de justiça climática e promovendo a redução de desigualdades.	Deferido	O MME agradece a contribuição, a sugestão foi incluída no Referencial.
Eixo Ambiental	Eficiência energética	IBRAM	Eficiência Energética deveria ser um bloco separado de mudanças climáticas; ganhos energéticos podem não gerar redução de emissões Proposta: Misturar os dois assuntos pode gerar interpretações equivocadas sobre obrigações, indicadores e evidências de comprovação. Separar os temas facilita a gestão e evita confusões entre metas operacionais e metas climáticas, além de melhorar o alinhamento com as referências internacionais como ISO, TSM e CMSI	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Ambiental	Gestão sustentável da água e tratamento de efluentes	SEMAD/GO Fabrício de Campos	Novos subtemas: • Implementar planos internos de gestão hídrica com balanços hídricos integrados, contemplando águas superficiais, subterrâneas, recirculação, reuso e critérios de captação. • Assegurar o tratamento de efluentes industriais e domésticos conforme classes de enquadramento e normas federais e estaduais. • Integrar sistemas automatizados de monitoramento hidrológico e hidrogeológico aos órgãos gestores e ao SINGREH, promovendo transparência ativa. • Estabelecer programas de conservação e eficiência hídrica com metas de redução de consumo. • Adotar governança hídrica participativa envolvendo comunidades, comitês de bacia e órgãos reguladores. • Observância do Enquadramento dos Corpos Hídricos o Recomenda-se que seja inserida, ainda nas páginas 19 a 21 do documento de Diretrizes para mineração, a exigência de que as metas de gestão de efluentes e de qualidade da água adotadas pelos empreendimentos minerários estejam alinhadas ao enquadramento vigente ou pretendido dos corpos hídricos da bacia hidrográfica. Essa diretriz é fundamental para assegurar que a operação minerária contribua para a manutenção ou melhoria das classes de qualidade da água, conforme definido pelos colegiados de bacia e pela legislação ambiental. Recomenda-se inserir, nas páginas 19 a 21 do documento, que todas as metas de gestão de efluentes e de qualidade da água sejam compatíveis com o enquadramento vigente ou pretendido dos corpos d'água da bacia (onde houver o instrumento em vigência). Tal alinhamento é indispensável para garantir a manutenção ou melhoria das classes de qualidade definidas pelos comitês de bacia hidrográfica.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Gestão sustentável da água e tratamento de efluentes	ICMBio Letícia Regina do Amaral	• Alinhamento: política de gestão, padrões de lançamento, prevenção de desperdícios e monitoramento contínuo. Propostas: -Requerer modelagem da rede de drenagem e conectividade hídrica (base PRIM) para dimensionar riscos de assoreamento, turbidez e plumas de rejeitos/efluentes em cenários operacionais e de emergência. (PRIM Seções II e V) -Inventariar pontos de captação e usos múltiplos por Unidade de Planejamento, com transparência pública, suprimindo lacunas de dados. (PRIM Seção VII)	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução CONAMA ou por instrumentos legais. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que o PRIM é uma iniciativa do Governo Federal e com boas práticas para o setor, será incluída nas referências positivas..
Eixo Ambiental	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	ICMBio Letícia Regina do Amaral	Alinhamento: valorização dos serviços ecossistêmicos. Propostas: -Estabelecer inventário e mapeamento de serviços ecossistêmicos por Unidade de Planejamento (sítios geológicos/arqueológicos, cavernas turísticas; provisão hídrica sazonal) com protocolos de monitoramento	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e esclarece que Referencial básico possui caráter voluntário para o setor privado e público, podendo ser um instrumento indutor de boas práticas. O MME reconhece a necessidade das particularidades ambientais serem observadas durante todo o processo, desde o planejamento. Contudo, estabelecer critérios ou referências técnicas vinculantes para o licenciamento ambiental somente seria possível por meio de Resolução Conama ou por instrumentos legais. Entretanto, reconhecendo a pertinência da contribuição, considerando que o PRIM é uma iniciativa do Governo Federal e com boas práticas para o setor, será incluída nas referências positivas.
Eixo Ambiental	Fomentar inovação e engajamento multissetorial, por meio de investimentos em pesquisa, estabelecimento de metas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), parcerias estratégicas e envolvimento de partes interessadas para fortalecer a circularidade em toda a cadeia de valor.	IBRAM	Desafio: hoje as normativas são um grande de impacto para economia circular, não há automina de comercialização e em grande parte dos rejeitos e resíduos precisa de autorizações ambientais que são processos burocráticos e demasiadamente longos que impactam significativamente o processo. - Interesse de toda sociedade brasileira a redução de rejeitos e resíduos da mineração e a economia circular é um excelente caminho, desde que as regulamentações permitam. - Ministério de Minas e Energia pode articular com outras pastas do governo federal orientações a respeito de aproveitamento de resíduos de mineração e estimular sua comercialização.	Agradecer	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que este Referencial Básico também se aplica ao setor público e estamos certos de que essa discussão deve ser ampliada e que há grandes oportunidades de melhoria.
Eixo Ambiental	Incorporar cenários de mudanças climáticas e eventos extremos no planejamento de longo prazo, visando a resiliência das estruturas.	MMA João Schafaschek	Incorporar cenários de mudança do clima e eventos extremos no planejamento de curto, médio e longo prazo, visando à resiliência e à segurança das estruturas.	Indeferido	O MME agradece a contribuição e avalia que aspectos relacionados à adaptação da mudança do clima já estejam incorporados no Referencial Básico.
Eixo Ambiental	Incorporar à gestão riscos geotécnicos, hidrogeológicos e tecnológicos, incluindo planos de emergência, sistema de monitoramento e comunicação com comunidades.	MMA João Schafaschek	riscos geotécnicos, hidrogeológicos, climáticos e tecnológicos	Deferido	O MME agradece a contribuição e considerando o mérito, incluiu nova estratégia no Referencial Básico.

Eixo	Trecho	Contribuinte	Contribuição	Análise	Devolutiva (Resposta final)
Eixo Ambiental	Criação de canais de comunicação com comunidades e partes interessadas, promovendo diálogo e, sempre que possível, cocriação de soluções, com ampla divulgação.	Número: CP-1145504 Tema: Gestão Ambiental Integrada Contribuinte: FABIO TAKESHI ISHISAKI	Na estratégia "Criação de canais de comunicação com comunidades e partes interessadas, promovendo diálogo e, sempre que possível, cocriação de soluções, com ampla divulgação" deve ser suprimido o "sempre que possível", devendo ser regra a cocriação de soluções junto aos afetados pelo empreendimento.	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Ambiental	Promoção da Educação Ambiental	MMA João Schafaschek	Sugere: considerar "educação ambiental e climática"	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Ambiental	Proteção do Patrimônio Cultural	IBRAM	Sugere-se retirar a palavra "contínuos" pois da margem a interpretação muito ampla	Deferido	O MME agradece a contribuição. Para se evitar interpretações equivocadas, sempre que possível, o termo foi alterado.
	O eixo social representa um dos pilares centrais para a consolidação de uma mineração sustentável. Seu fortalecimento é essencial para assegurar que o desenvolvimento mineral seja construído de forma legítima, justa e duradoura, colocando as pessoas, os territórios e os direitos humanos no centro das estratégias do setor.	SEDICS/AL	Salvaguardas de direitos humanos para povos tradicionais * Reforçar operacionalização da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	Deferido	O MME agradece a contribuição e, conforme sugestão, incorporará as alterações.
Eixo Social	Políticas e práticas voltadas à promoção da DE&I	IBRAM	sugere a inclusão dos públicos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DECI) nos programas sociais desenvolvidos pelas empresas com proposição de indicadores para mensuração de impacto.	Parcialmente Deferido	O MME agradece a contribuição e avalia que o tema esteja contemplado na revisão Referencial Básico, a exceção da previsão de estabelecimento de indicadores.
Eixo Social	Promover relações de trabalho digno e decente.	Fernando Ruiz Garcia de Almeida [3M]	sugere a inclusão de diretrizes claras para controle de poeira, monitoramento de exposições e programas de proteção respiratória contribui para promover condições de trabalho compatíveis com os princípios de trabalho digno e decente.	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta avalia que o mérito da proposta já esteja contemplado na Diretriz "Controlar as emissões atmosféricas"
Eixo Governança	Estabelecer ações voltadas à diversificação econômica e ao fortalecimento de novas vocações produtivas.	IBRAM	A minuta sugere que empresas promovam diversificação econômica territorial. Recomendação: "participar tecnicamente, sem assumir funções públicas."	Indeferido	O MME agradece a contribuição. Esta pasta esclarece que o Referencial Básico se configura como referência tanto para o setor público quanto privado. Ademais, a temática da diversificação econômica é ampla e não foi atrelada a apenas uma das partes.